



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – MPPA

**ANO BASE: 2024/2025**

## Sumário

<b>Capítulo 1: O Ministério Público Do Estado Pará.....</b>	<b>5</b>
1.1 <i>A Atuação Do Ministério Público Do Estado Do Pará .....</i>	6
<b>Capítulo 2: Planejamento Estratégico e Execução Orçamentária.....</b>	<b>8</b>
2.1 <i>Planejamento Estratégico.....</i>	8
2.2 <i>Execução Orçamentária 2024.....</i>	11
<b>Capítulo 3: Principais Ações Finalísticas Executadas Em 2024.....</b>	<b>17</b>
3.1 <i>- Área Ambiental - Centro De Apoio Operacional Ambiental (CAO/AMB).....</i>	18
3.2 <i>- Área Cível, Processual E Do Cidadão - Centro De Apoio Operacional Cível, Processual E Do Cidadão (CAO/CPC).....</i>	20
3.3 <i>- Área Criminal - Centro De Apoio Operacional De Políticas Criminais, Execução Penal E Controle Externo Da Atividade Policial .....</i>	28
3.4 <i>- Área Infância E Juventude – Centro de apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO/IJ).....</i>	29
3.5 <i>- Área Defesa Do Patrimônio Público E Da Moralidade Administrativa – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal (CAO/DPP).....</i>	32
3.6 <i>- Área Direitos Sociais - Centro De Apoio Operacional Dos Direitos Sociais (CAO/DS) .....</i>	35
3.7 <i>- Área Direitos Humanos - Centro De Apoio Dos Direitos Humanos (CAO/DH) .....</i>	37
3.7 <i>- Área Técnica – Centro De Apoio Operacional Técnico (CAO/TEC).....</i>	48
3.8 <i>– NUPEIA - Núcleo Permanente de Incentivo à Auto composição.....</i>	49
3.9 <i>– CORREGEDORIA-GERAL .....</i>	54
3.10 <i>- Grupo De Atuação Especializada No Combate Ao Crime Organizado – GAECO .....</i>	55
3.11 <i>– Grupo De Atuação Especial De Inteligência E Segurança Institucional .....</i>	57
<b>Capítulo 4: Relacionamento Com A Sociedade.....</b>	<b>60</b>
4.1 <i>Canais De Comunicação.....</i>	62
<b>Capítulo 5: Gestão Administrativa.....</b>	<b>66</b>
5.1 <i>Gestão e Valorização de Pessoas .....</i>	66
5.2 <i>Capacitação e Treinamento .....</i>	68
5.3 <i>Gestão De Tecnologia da Informação.....</i>	71
5.4 <i>Gestão da Infraestrutura .....</i>	74
5.5 <i>Eficiência Operacional .....</i>	87

## **MENSAGEM DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados e Excelentíssimas Senhoras Deputadas,

É com muita honra que dirijo-me a essa Douta Casa Legislativa para apresentar o Relatório de Atividades do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, referente ao exercício de 2024, bem como o planejamento e as necessidades para 2025, conforme o que estabelece o § 3º do Art. 179 da Constituição Estadual de 1989, elaborado no último ano de minha gestão.

O presente relatório, que demonstra aos ilustres parlamentares a aplicação dos recursos financeiros repassados à esta instituição ministerial em 2024, foi construído a partir de dados coletados sobre a execução de atividades realizadas nos diversos órgãos e unidades do MPPA, assim como dos departamentos administrativos, assessorias e demais estruturas.

Nesse sentido, esse relatório está estruturado em capítulos e seus desdobramentos, sendo o primeiro uma identificação do Ministério Público, seguido do Planejamento Estratégico Institucional e a Execução Orçamentária. Em sequência, são discorridas as ações finalísticas do MPPA mais relevantes, executadas durante o ano de 2024, concluindo com a evidenciação dos principais feitos sobre as atividades administrativa desta Casa Ministerial.

O ano de 2024 foi o último ano de minha gestão, que foi marcado por um avanço sustentável deste parquet de forma marcante, permitindo a realização de ações estruturantes, necessárias para a consolidação e fortalecimento desta instituição prestadora de serviços relevantes à sociedade paraense.

Para isso, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, contamos com o apoio incondicional dessa valorosa Casa Legislativa, que com sinergia de esforços visando, vem mantendo o percentual do Duodécimo de 5,15% sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos, recurso esse fundamental para o cumprimento da proposta de trabalho do MPPA e seu orçamento.

Sendo assim, o Ministério Público do Estado do Pará, executou 95,95% do orçamento autorizado em 2024, contando com os ingressos de orçamento ocorridos durante o exercício de Superavit Financeiros e Excesso de Arrecadação.

No bojo dessa despesa está aquela que tem a maior representatividade, que é a despesa com pessoal, visto que o MPPA se caracteriza como prestador de serviço à

sociedade, ressaltando que esta instituição cumpre o percentual limite dessa despesa, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal Nº101/2000, que é de 2,0% sobre a Receita Corrente Líquida (RCL), tendo encerrado o exercício de 2024 em 1,6128%, abaixo do limite de alerta de 1,80% da RCL.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, encerro assim este último relatório da minha gestão, certo do dever cumprido espelhado nesses quatro anos que apresentei em relatórios nessa respeitosa Casa. A parceria de vossas excelências, repito, foi fundamental nesse processo que se encerra.

Sendo assim, submeto à apreciação de Vossas Excelências o documento de cumprimento da Carta Constitucional, referente ao Relatório de Atividades do Ministério Público do Estado do Pará - MPPA, no que tange ao exercício de 2024, planejamento e necessidades para 2025, renovando a mais alta estima por essa conceituado Parlamento Paraense.

**César Bechara Nader Mattar Júnior**

Procurador-Geral de Justiça

## Capítulo 1: O Ministério Público do Estado Pará

A essência da existência do Ministério Público reside na “defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, assegurando o exercício pleno da cidadania”. Essa missão, alicerçada no artigo 127 da Constituição Federal, confere à Instituição Ministerial o papel de guardião incontestado das liberdades públicas e do Estado Democrático de Direito, devendo atuar de maneira diligente na efetivação dos direitos fundamentais.

Nesse contexto, o Ministério Público figura como protagonista na concretização desses direitos, valendo-se de instrumentos processuais e extraprocessuais que viabilizam a resolução definitiva das mais diversas espécies de conflitos inseridos em sua esfera de atuação. Além disso, busca, sempre que adequado, soluções consensuais, reforçando sua função como agente de pacificação social.

Para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a adoção de um modelo de atuação predominantemente extrajudicial é prioritária para garantir a efetividade da função resolutiva da Instituição. Em atenção a essa diretriz, foi expedida a Recomendação nº 54, de 28 de março de 2017, que estabelece a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro, além da publicação da Carta de Brasília, documento que orienta a modernização do controle da atividade extrajudicial pelas Corregedorias do Ministério Público.

O fortalecimento da atuação extrajudicial é uma resposta à crescente demanda social por soluções céleres e eficazes, permitindo que os conflitos de interesse sejam equacionados de forma mais ágil e menos onerosa. A mediação dessas controvérsias ocorre por meio de um leque de instrumentos jurídicos essenciais, tais como audiências públicas, reuniões institucionais, procedimentos administrativos preliminares, inquéritos civis, procedimentos investigatórios criminais, recomendações ministeriais e termos de ajustamento de conduta (TACs).

Tais mecanismos não apenas otimizam a atuação ministerial e fortalecem sua aproximação com a coletividade, mas também desempenham um papel fundamental na desobstrução do Poder Judiciário, proporcionando um ambiente mais eficiente para a prestação jurisdicional e contribuindo, assim, para a promoção da justiça de maneira mais acessível, equitativa e célere.



Nesse contexto, as Promotorias de Justiça do MPPA estruturam suas atividades com base em áreas específicas de atuação, abrangendo:

- Agrária
- Defesa Comunitária, da Cidadania, dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos
- Cível
- Criminal
- Ações Constitucionais e Fazenda Pública
- Infância e Juventude
- Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa
- Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher
- Eleitoral

Os processos judiciais e extrajudiciais conduzidos pelo MPPA abrangem uma ampla gama de temáticas, tais como conflitos fundiários, direitos dos idosos, questões familiares, execuções penais, proteção ambiental, entre outros, sendo cada uma dessas matérias tratada pelas Promotorias especializadas.

Diante desse amplo escopo de atuação, impõe-se ao MPPA a necessidade de expansão e aprimoramento contínuo do atendimento prestado à sociedade, o que demanda contratação de novos Promotores de Justiça e profissionais de apoio, bem como o fortalecimento da infraestrutura física e operacional da Instituição. Essa postura proativa e preventiva reflete o compromisso do Ministério Público com a efetividade da Justiça e a promoção do bem-estar SOCIAL.

## Capítulo 2: Planejamento Estratégico e Execução Orçamentária

### 2.1 Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico tem se consolidado como uma prática essencial na Administração Pública, permitindo a inovação, a identificação de oportunidades e a antecipação de possíveis ameaças às ações futuras. Além disso, direciona as instituições para o cumprimento de sua missão e visão institucionais, fundamentadas em valores essenciais à concretização de seus objetivos e metas. Essa abordagem também fortalece a comunicação interna e externa, impactando positivamente os resultados para a sociedade e, sobretudo, a tomada de decisões.

Reconhecendo sua importância, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) iniciou o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) - 2021-2029 com o objetivo de aprimorar seus níveis de governança, alcançar um estágio mais avançado de organização e gestão e alinhar suas ações às demandas da sociedade. Para integrar uma visão global ao planejamento, o PEI incorporou a correlação de seus eixos estratégicos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU), promovendo uma atuação mais eficaz e alinhada nos âmbitos estadual, nacional e internacional.

Nesse contexto, o mapa estratégico se apresenta como uma representação visual sintética dos objetivos estratégicos do MPPA, facilitando sua compreensão e comunicação.



Alinhados à Missão, Visão e Valores Institucionais, os objetivos estratégicos do PEI, foram validados na perspectiva de Resultados para a Sociedade, Processos Integradores e Aprendizagem e Crescimento, e desdobrados em planos táticos de médio prazo, denominados planos setoriais e planos diretores, que permitem contribuir para o alcançados objetivos estratégicos institucionais através de projetos e iniciativas que demonstrem as necessidades da Instituição.

#### ATIVIDADES REALIZADAS – ANO BASE 2024

Para o planejamento de 2024, foram desenvolvidas as seguintes ações:

1) Planejamento Estratégico Institucional – o PEI do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA foi revisado, tendo como referência as iniciativas e produtos resultantes da atualização do Planejamento Estratégico Nacional do Conselho Nacional de Ministérios Públicos – CNMP do ano 2020-2029.

2) No Plano Estratégico Nacional – Foi criado Radar Web, aplicativo do Planejamento Estratégico Nacional, que permite o registro das ações priorizadas pelo MPPA. As evidências demonstraram o cumprimento das 31 (trinta uma) ações selecionadas, acompanhadas em tempo real por meio do painel de Business Intelligence – BI, que monitora a execução das

metas estabelecidas.

3) No Planejamento Tático - Foram realizados quatro acompanhamentos trimestrais dos 11 (onze) planos setoriais, coordenados pelos Grupos Especiais (CAOs), que abrangem áreas finalísticas, e dos 11 (onze) planos diretores, sob a supervisão da Subprocuradoria-Geral de Justiça, em conjunto com a Área Técnico-Administrativa, diretores e assessores.

4) O Business Intelligence – O BI foi elaborado para apresentar os resultados no painel de indicadores sociais, econômicos e institucionais, garantindo transparência e acesso público às informações atualizadas. Esses dados subsidiam a tomada de decisões administrativas e estratégicas por membros e servidores.

5) O Plano de Contratações Anual - PCA foi aprimorado e passou a contar com um painel no BI para acompanhamento da execução dos itens planejados. Além disso, foram desenvolvidos relatórios mais precisos para otimizar a gestão das contratações.

6) O Mapeamento dos Processos - O processo de digitalização da tramitação documental foi iniciado, com o objetivo de tornar o MPPA 100% digital. Como parte dessa iniciativa, 65 processos foram habilitados.

7) Metodologia OKR (“Objectives and Key Results”) – A metodologia OKR, que significa “Objetivos e Resultados-chave”, foi adotada e sua implementação ocorreu por meio de um aplicativo que possibilita o acompanhamento da execução das metas pelas unidades que a utilizam.

8) Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) – Com a publicação da Lei Estadual nº 10.447/2024, que institui o PCCR, foram iniciados os trâmites necessários para sua regulamentação no âmbito do MPPA.

9) Captação de Recursos – Foi realizado o chamamento público do Termo de Colaboração nº 001/2024, firmado entre o MPPA e a Organização da Sociedade Civil Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde – Avante Social. O projeto, no valor total de R\$ 1.203.905,13 (um milhão, duzentos e três mil, novecentos e cinco reais e treze centavos), tem como objetivo a execução de ações voltadas ao Projeto Gestão de Conflitos Territoriais Rurais, com vigência de abril de 2024 a abril de 2026.

## **PLANEJAMENTO DAS NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

Para o ano de 2025, o Planejamento Estratégico pretende alcançar os seguintes objetivos:

1) Planejamento Estratégico Institucional (PEI) – Finalizar a revisão do PEI, utilizando como referência os produtos gerados pela atualização do PEN-CNMP 2020-2029.

2) Radar do Plano Estratégico Nacional – Priorizar 31 novas ações estratégicas

para 2025, inserindo-as no Aplicativo Radar Web e monitorando seu cumprimento em tempo real por meio do painel do BI.

3) Elaboração de Planos Setoriais e Diretores – No primeiro trimestre, revisar e elaborar os planos setoriais e diretores, além de realizar três acompanhamentos trimestrais para monitoramento dos 11 planos setoriais e 11 planos diretores, com possibilidade de criação de novos planos conforme necessário.

4) Atualização do Business Intelligence (BI) – Desenvolver a versão 2.0 do BI, garantindo que os indicadores sociais, econômicos e institucionais sejam divulgados e atualizados regularmente para acesso público.

5) Plano Anual de Contratações (PCA) – 2025 e 2026 – Dar continuidade ao acompanhamento em tempo real da execução do PCA 2025, além de elaborar o planejamento para 2026.

6) Mapeamento de Processos – Encerrar o sistema de tramitação física, bloqueando novas inserções no Sistema de Informações Protocolares (SIP). A meta para 2025 é alcançar o mapeamento de pelo menos 37 fluxos processuais.

7) Metodologia OKR (“Objectives and Key Results”) – Publicar uma portaria institucionalizando a metodologia OKR para aplicação no Planejamento Estratégico Institucional.

8) Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) – Continuar a implementação do PCCR, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

9) Captação de Recursos – Dar continuidade às ações decorrentes do Termo de Colaboração nº 001/2024, firmado entre o MPPA e a Avante Social, cuja vigência se estende até abril de 2026.

10) Novos Planos de Ação – Estudar e implementar uma nova sistemática para os Planos de Atuação do MPPA, alinhando-os às diretrizes estabelecidas pelo CNMP.

## **2.2 Execução Orçamentária 2024**

Em cumprimento à Carta Magna de 1988, que estabelece a Lei dos Orçamentos Anuais (LOA) em seu Art. 165, III, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) teve um orçamento, que faz parte desta LOA, aprovado para o exercício de 2024, em valores no montante de R\$ 995. 860.051,00 (Novecentos e Noventa e Cinco Milhões, Oitocentos e Sessenta Mil, e Cinquenta e Um Reais), sendo autorizado no decorrer do exercício R\$ 1.257.736.437,19 (Um Bilhão, Duzentos e Cinquenta Sete Milhões, Setecentos e Trinta e Seis Mil, Quatrocentos e Trinta e Sete Reais e Dezenove Centavos) do qual R\$ 1.200.140.289,61 (Um Bilhão, Duzentos Milhões, Cento e Quarenta Mil, Duzentos e Oitenta e Nove Reais e

Sessenta e Um Centavos) foram efetivamente aplicados, sendo utilizados 95,95% dos recursos autorizados para o orçamento de 2024. Os valores suplementados no orçamento inicial foram autorizados por crédito suplementar por superávit e excesso de arrecadação.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Exercício: 2024

Todas as Fontes

GRUPO DE DESPESA	OGE/2024	ORÇAMENTO AUTORIZADO	DESPESA REALIZADA	R\$ 1,00 % GASTO POR GRUPO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	660.872.530,00	865.947.172,13	825.822.893,64	68,81
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	274.590.698,00	341.472.524,19	327.710.573,29	27,31
INVESTIMENTOS	60.386.823,00	50.316.740,87	46.606.822,68	3,88
INVERSOES FINANCEIRAS	10.000,00	-	-	
<b>Total Geral</b>	<b>995.860.051,00</b>	<b>1.257.736.437,19</b>	<b>1.200.140.289,61</b>	<b>100,00</b>
% DA EXECUÇÃO			<b>95,95</b>	
% DE SUPLEMENTAÇÃO DA OGE/2024		26,30		

Fonte SIAFE 2024

Por ser o Ministério Público do Estado do Pará um órgão puramente prestador de serviço à sociedade, é natural que o maior gasto em 2024 tenha se concentrado na despesa de pessoal e encargos sociais, como se deduz no quadro acima, tendo sido realizado no exercício de 2024, recursos na ordem de R\$ 825.822.893,64 (Oitocentos e Vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e sessenta e quatro centavos) representando 68,81% do valor executado por esta Instituição Ministerial.

Na sequência, observa-se um percentual aplicado com o custeio, na ordem de 27,31% em relação ao total da despesa realizada, para a manutenção da máquina administrativa do Órgão. Ressalta-se que no bojo dessa despesa encontra-se o custeio da folha de pessoal, devidos aos integrantes desta Casa Ministerial, cuja despesa em 2024 foi de R\$ 215.407.508,45 (Duzentos e Quinze Milhões Quatrocentos e Sete Mil, Quinhentos e Oito Reais e Quarenta e Cinco Centavos), os quais não estão detalhados no demonstrativo acima, porém é importante frisar, pois compõem o gasto, absorvendo 17,94% do total da despesa realizada e representa 65,73% da despesa realizada de custeio do Órgão.

Em relação à despesa de capital, observa-se uma realização em relação à despesa total executada, na ordem de 3,88% para investimento, observando que não houve despesa de inversões financeiras em 2024, onde destaca-se como mais expressivo nesses grupos as aquisições de equipamentos e materiais permanentes e os investimentos em Tecnologia da Informação.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Exercício:2024

Todas as Fontes

R\$1,00

GRUPO DE FONTE	DESPESA REALIZADA	% de Execução
TESOURO	1.165.750.292,20	97,13%
OUTRAS FONTES	34.389.997,41	2,87%
Total	1.200.140.289,61	100%

Fonte: SIAFE 2024

O demonstrativo acima evidencia que a maior parcela dos recursos que financiaram as ações orçamentárias do MPPA foi proveniente de Recursos do Tesouro Estadual (97,13%). Segundo o art. 18 da Lei nº 9.649, de 29 de junho de 2022 - LDO/2023, a proposta orçamentária do MPPA, deve ser elaborada a partir da incidência do percentual de 5,15% sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos (RLRI), cujo cálculo deve se basear nas receitas resultantes de impostos de competência estadual e os impostos transferidos constitucionalmente pela União ao Estado, deduzidas as despesas de caráter extraordinário, as transferências constitucionais aos municípios, a parcela dos recursos vinculados a manutenção do ensino, e as ações e serviços públicos de saúde, nos termos do art. 212, § 1º da Constituição Federal e da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Em 2024 foi possível alavancar o crescimento sustentável institucional, fato esse que se prevê uma continuidade, sendo fundamental para a permanência desse crescimento, minimamente a manutenção do percentual acima referido.

As outras fontes de recursos que financiaram a execução das despesas do MPPA em 2024 foram: as Transferências de Convênios, Receitas Próprias do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público e a Receita proveniente dos Rendimentos dos recursos aplicados no mercado financeiro, que representaram apenas 1,68% do total aplicado no exercício, não sendo possível o avanço na utilização desses recursos devido a vinculação dos mesmos não permitirem a aplicação em outras despesas.

Relevante ressaltar também a situação fiscal do MPPA, relativa à apuração do percentual do gasto com pessoal e encargos sociais. Em cumprimento ao dispositivo contido na Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 20, inciso II, alínea d, que fixa o limite de gastos do Ministério Público dos Estados com Pessoal e Encargos Sociais em 2% da Receita Corrente Líquida, em cada período de apuração. A Receita Corrente Líquida (RCL) consiste no somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes, deduzidos nos Estados os valores das transferências constitucionais.

Segundo o Relatório de Gestão Fiscal do período de janeiro a dezembro de 2024, o Demonstrativo de Despesa com Pessoal aponta que o MPPA obteve o percentual de gasto com essa despesa de 1,6128% sobre a RCL, portanto abaixo do limite de alerta, que é de 1,80% da RCL.

**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**Exercício: 2024**

Todas as Fontes

R\$ 1,00

GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL	%DESPESA POR GRUPO
PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	709.990.261,00		709.990.261,00	63,09%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	336.403.203,00	2.140.000,00	338.543.203,00	30,08%
INVESTIMENTOS	69.769.056,00	7.000.000,00	76.769.056,00	6,82%
Total Geral	1.116.162.520,00	9.140.000,00	1.125.302.520,00	100,00
% DA DESPESA POR FONTE RECURSOS	99,19%	0,81%	100%	

Fonte: OGE 2025

Para o exercício de 2025 foi consignado na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o Ministério Público do Estado do Pará, o montante de R\$ 1.125.302.520,00 (Um Bilhão, Cento e Vinte e Cinco Milhões, Trezentos e Dois Mil, e Quinhentos e Vinte Reais), cuja maior aplicação será para despesas de pessoal (63,09%), dada a característica fundamental desta instituição ministerial ser de prestadora de serviços à sociedade, contemplando temas como:

- Reajuste do subsídio dos membros;
- Ingresso de 10 (Dez) Promotores de Justiça;

- Revisão dos vencimentos dos servidores;
- Implantação gradativa (25%) do PCCR e Estrutura Organizacional.

Seguida a essa despesa, as Despesas de Custeio, que representam a manutenção da máquina, representam 30,08% do total da despesa orçada, destacando-se na sua programação despesas como:

- Ingresso de estagiários de pós-graduação;
- Área tecnológica: Cessão do sistema integrado de gestão para área meio, internet – cobertura e velocidade, licenças, softwares e banco de dados, backup.

As despesas de investimentos que representam 6,82% do orçamento apresentam propostas de investimentos que foram amplamente detalhados, justificados e explanado por cada área específica a qual vale destaque:

1) Para as Obras em Andamento:

- Construção das novas sedes do MPPA nos municípios de Barcarena, Tomé-Açu e Abaetetuba, todas com infraestrutura ampliada e previsão de inauguração entre 2025 e 2026. Outras novas necessidades de investimentos foram sinalizadas para 2025 pelas unidades as quais valem destaque:

- Reforma e ampliação do imóvel no município de Bragança;
- Construção de nova sede no município de Prainha, onde a Promotoria de Justiça funciona em imóvel cedido pelo Tribunal de Justiça do estado do Pará;
- Construção de novo imóvel no município de Itaituba, sede da região administrativa Sudoeste II, atualmente instalada em prédio alugado;
- Construção de nova sede no município de Tucuruí, polo administrativo da região Sudeste III e que também se encontra em imóvel alugado, sem possibilidade de expansão física;
- Construção de imóvel em São Miguel do Guamá, Promotoria de Justiça que funciona atualmente em sala no Fórum daquele município;
- Construção de sede no município de Santa Isabel do Pará, hoje instalada em imóvel alugado;
- Novos imóveis em Benevides, Distrito de Mosqueiro e São João do Araguaia.

2) Quanto às reformas algumas seguem em andamento destacando-se:

- Reformas e adaptações de imóveis existentes em Ourilândia do Norte e

Salvaterra, visando melhorar a acessibilidade e ampliar os espaços disponíveis para atendimento ao público e suporte administrativo.

- Reformas e serviços de manutenção estão em execução em diversas localidades, como Icoaraci, Castanhal, Santarém e Marabá, reforçando o compromisso do MPPA com a conservação de suas instalações.

3) Para as iniciativas de 2025 o orçamento prevê:

- Reforma do auditório, guarita, alojamento de militares e sistema de drenagem do imóvel sede do MPPA no município de Ananindeua;

- Reforma do Plenário e Auditório do Edifício Sede em Belém;

- Reforma e adaptação da antiga residência oficial em sede no município de Portel.

- Reformas e serviços de manutenção predial, destaca-se a ampliação da cobertura da Ata de Registro de Preços de Serviços Comuns de Engenharia para todo o Estado, processo em andamento e possibilitará o atendimento de forma mais célere e assertiva das demandas em todas as regiões administrativas.

4) Quanto aos equipamentos, destacam-se:

- Aquisição de elevadores para substituição no Edifício Sede e Anexo I, visto que os atuais, já antigos, possuem manutenção cada vez mais complexa pela descontinuidade de peças e componentes, bem como tecnologia defasada;

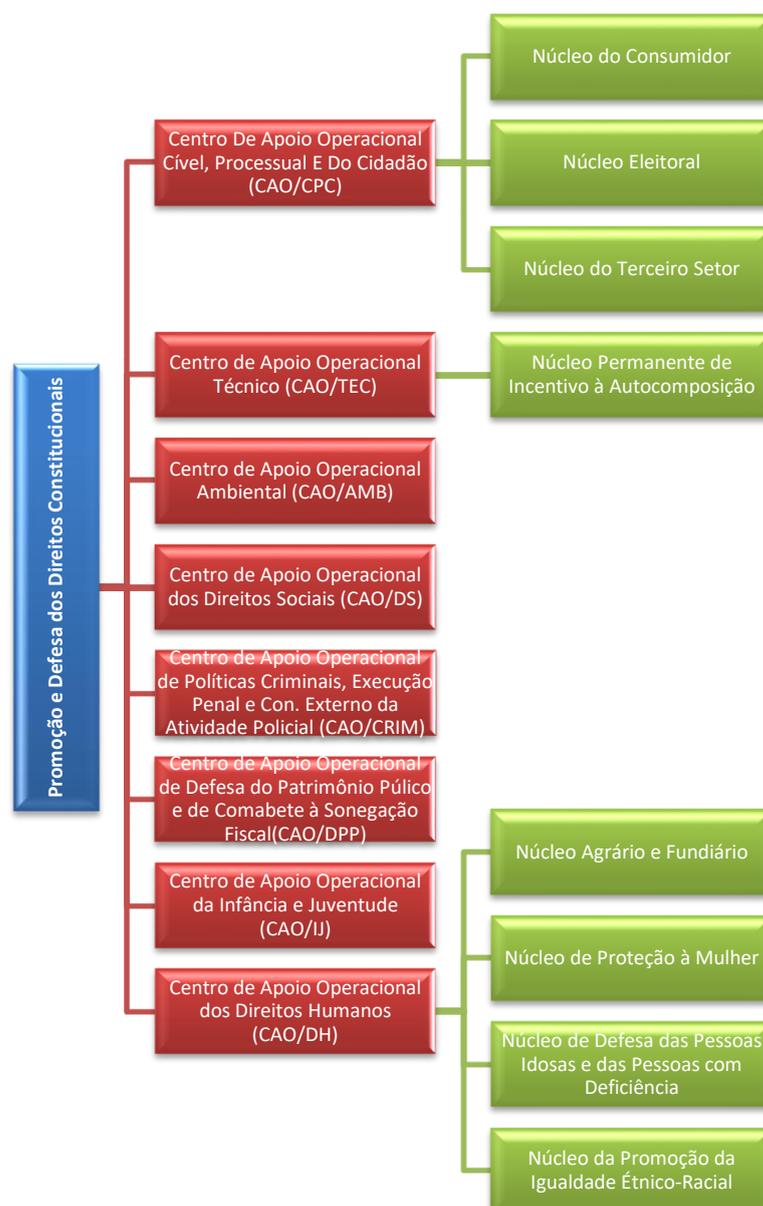
- Aquisição de escâner 3D, equipamento para mapeamento de espaços que auxiliará e aprimorará o processo de levantamentos físicos de imóveis e instalações, aumentando a precisão e a qualidade de tais levantamentos, fundamentais para o desenvolvimento de atividades de projeto de arquitetura e complementares.

Conforme demonstrado no quadro acima, todas essas despesas serão custeadas 90,88% com recursos provenientes do Tesouro Estadual, a qual a fonte do tesouro representa 99,19% do total das fontes de financiamento da programação orçamentária do MPPA, em consonância com o teto de 5,15% sobre a Receita Líquida Resultante de Impostos, já mencionada anteriormente. A diferença foi orçada com outras fontes de recurso, originários de rendimentos de aplicações financeiras, convênios e receita própria do Fundo de Reaparelhamento do Ministério Público e que compõe a estrutura de outras fontes com apenas 0,81%.

### Capítulo 3: Principais Ações Finalísticas Executadas Em 2024

Os Centros de Apoio Operacional – CAO, com previsão legal no artigo 62 da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 e reestruturados pela Resolução 002/2012-CPJ, de 9 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 32101, de 17 de fevereiro de 2012.

São órgãos auxiliares da atividade funcional dos membros do Ministério Público, e têm por finalidade precípua operar como suporte, tanto na ordem jurídica, como na ordem institucional, de forma a disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação da instituição naquilo que concerne suas mais diversas áreas de atribuição.



### **3.1 - Área Ambiental - Centro De Apoio Operacional Ambiental (CAO/AMB)**

Criado pela Resolução nº 005/2011-CPJ de 19 de maio de 2011 e reestruturado pela Resolução nº 004/2021, de 05/08/2021, o Centro de Apoio Operacional Ambiental é um Órgão auxiliar à atividade funcional ministerial, o qual tem por finalidade disciplinar e direcionar a política e as diretrizes de atuação do Ministério Público do Estado do Pará na área ambiental, patrimônio histórico, urbanismo, habitação e direitos dos animais.

O Centro de Apoio Operacional Ambiental procurou manter a interlocução com instituições públicas e privadas estabelecendo canais de comunicação mais céleres e eficientes, abordando, dessa forma, as demandas oriundas das Promotorias de Justiça, notadamente quanto aos órgãos relacionados à matéria ambiental. Dentre estas instituições, destacam-se o Ministério da Justiça e Segurança Pública/Polícia Federal, o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, Ministério Público Federal, IBAMA, INPE, SEMAS/PA, IDEFLOR-BIO, ICMBIO, DEMAPA, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros Militar, Movimento República do Emaús, Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, Universidade Federal Rural da Amazônia, entre outros.

Outras atividades desenvolvidas, incluem a participação em discussões e acompanhamento de projetos de lei e organização de atividades de divulgação ou debate público envolvendo assuntos de relevância para a defesa do meio ambiente, patrimônio histórico e cultural, urbanismo, habitação, direitos dos animais, com o objetivo de encaminhar soluções com a participação da sociedade.

Tendo em vista as peculiaridades do bioma amazônico - no qual o Estado do Pará se encontra inserido - o Centro de Apoio deu especial atenção às ações de combate aos desmatamento e queimadas, considerando as proporções e impactos ambientais que tais ilícitos causam ao meio ambiente, ações essas desenvolvidas pelos GTs Regionais e pelo GT Desmatamento.



Reunião do Grupo de Trabalho Bacia do Xingu



Seminário "Dinâmicas do Desmatamento na Região de Marabá: Diagnóstico e Prevenção"



Oficina “ Diálogos pelo Clima ”

## **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

A partir da contratação de Promotores de Justiça no ano de 2024, a maioria dos cargos até então vagos em Promotorias de 1ª entrância foram preenchidos, potencializando assim a atuação de alguns programas do CAO, posto que implicam na intervenção em municípios integrantes de áreas situadas nos eixos dos rios Tapajós e Xingu, de relevante importância socioambiental. Nesse passo, emerge a necessidade de capacitação, treinamento e adaptação dos novos membros aos procedimentos e ferramentas utilizadas no exercício das funções ministeriais em defesa do meio ambiente, o que já vem sendo desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional Ambiental.

### **3.2 - Área Cível, Processual E Do Cidadão - Centro De Apoio Operacional Cível, Processual E Do Cidadão (CAO/CPC)**

Criado pela resolução nº 004/2021-CPJ de 05 de agosto de 2021, a qual reestruturou as atribuições dos centros de apoio do Ministério Público do Estado do Pará, o Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão é um órgão auxiliar à atividade funcional e tem por finalidade promover a articulação, a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução, buscando disciplinar e uniformizar a política e as diretrizes de atuação do Ministério Público do Estado do Pará na seara do direito de Família; Sucessões; Interditos/Incapazes;

Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial; Registros Públicos; Acidentes de Trabalho; Consumidor; Eleitoral; Terceiro Setor e demais matérias relacionadas ao Direito Civil, Comercial e Processual. O CAOCPC coordena o Núcleo do Terceiro Setor (NTS), Núcleo Eleitoral e o Núcleo do Consumidor (NUCON), implementado em 2023.

Durante o ano de 2024, o MPPA por esta coordenação participou de 137 reuniões e eventos com Promotores de Justiça, outras Instituições e Órgãos Públicos bem como, com a sociedade civil, com o objetivo de estabelecer estratégia de atuação institucional, principalmente, no que se refere aos problemas que envolvem a temática do consumidor; eleitoral e cível.

Também foram realizados eventos que alcançaram diversos polos do estado sob a perspectiva dos desafios na proteção do Consumidor, dentre os quais citamos com as seguintes palestras: “Reuniões Anuais do Fórum de Combate aos Impactos do Agrotóxico nas cidades de Belém, Capitão Poço, Altamira, Medicilândia e Uruará”; “Os impactos dos agrotóxicos na saúde”, “Dia Nacional do Campo limpo”, “II Seminário Nacional sobre insumos agrícolas e agropecuários”, participação nas Reuniões do Fórum Nacional ocorridas em Campo Grande e Manaus; “Congresso Brasileiro de Ecotoxicologia em Belém”; “O consumidor e a segurança alimentar”; “Audiência Pública: Logística Reversa das embalagens vazias de agrotóxicos” e “Audiência Pública: Educação Inclusiva das escolas particulares de Belém”. Frisa-se a participação em sessão especial da ALEPA em alusão ao dia mundial da alimentação.

Cumprir pontuar ainda a interação institucional entre o MPPA por meio do CAO CPC e a ALEPA, por meio de interação institucional entre MPPA através do CAO CPC e a ALEPA, com a finalidade de fomentar políticas públicas em importantes áreas da sociedade, participando de iniciativas que possam fortalecer o bem-estar do cidadão e o acesso aos direitos fundamentais, ocorreu a publicação a Lei nº 9.898/23, que trata da política da logística reversa de medicamentos dentro do Estado do Pará.

Sob o aspecto da cidadania, em razão Ministério Público ser instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da Ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme preceitua o art.127, da Constituição da República de 1988 tem a missão fundamental na melhoria da vida da sociedade e promover a acessibilidade significa assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertas ao público ou de uso público, fora instalado no órgão a Comissão Permanente Multidisciplinar de Acessibilidade do MPPA, destacando o evento de

maio de 2025: “ Seminário Inclusão digital, independência e participação plena.”

Ainda sob a temática da cidadania, fora realizado o seminário "1º Seminário dos Migrantes e Refugiados Warao: Direitos e práticas de acolhimento, defesa e proteção", com a finalidade de dialogar com a sociedade civil, autoridades e povo migrante e refugiado Warao sobre efetivação de seus direitos.

Para além disso, visando aprofundar as questões afetas a temática da cidadania destaca-se o Projeto “MP+Cidadania”, o qual por meio de articulação com parceiros governamentais e não governamentais promove atividades de cidadania, facilitando os serviços de acesso a saúde (atendimento médico, odontológico, psicossocial), expedição de documentos, balcão de direitos, capacitação para inserção de mercado de trabalho, cursos e informações.

No ano de 2024, o projeto expandiu tendo realizado edição em Belém, Soure, Ponta de Pedras, Abaetetuba, Afuá, Porto de Moz, Portel e Oeiras. Para além disso, vista da grande parceria realizada com a Marinha do Brasil, o projeto foi lançado como: MP + Cidadania e Marinha do Brasil: Pelos Rios do Pará.

O referido projeto, assim, busca um fortalecimento da atuação estratégica institucional e interinstitucional, como ferramenta de agrupamento de órgão e instituições que por meio de compartilhamento de competências.



Circuito de Palestras, Reuniões e Monitoramento sobre as Ações Integradas pela Coordenação de Chagas do Estado do Pará.

Audiência Pública Núcleo Consumidor



Audiência Pública Núcleo Consumidor



III SEMINÁRIO: O MINISTÉRIO PÚBLICO E O VELAMENTO DO TERCEIRO SETOR

### **Núcleo do Terceiro Setor**

O Núcleo do Terceiro Setor tem por finalidade precípua oferecer suporte técnico/administrativo aos integrantes do Ministério Público, no velamento e fiscalização das Pessoas Jurídicas do Terceiro Setor, que são entidades de interesse social sem fins lucrativos, através da análise de procedimentos de Prestação de Contas Finalísticas, de Consultas Jurídicas, do Banco de Dados e Administrativo, com objetivo de contribuir no combate a atos de corrupção e improbidades administrativas perpetradas por agentes públicos e dirigentes de entidades de interesse social na utilização de recursos públicos destinados ao Terceiro Setor.

As ações rotineiras realizadas pelo NTS ao longo do ano de 2024 estão descritas a seguir: atividades administrativas, pesquisas em banco de dados de entidades; elaboração de consultas jurídicas; formulação de pareceres contábeis de prestações de contas; e participação em palestras e eventos destinados à promoção e ao aperfeiçoamento do Terceiro Setor.

Este núcleo, na execução de suas atribuições, além do Projeto de interiorização que iniciou em 2017, no ano de 2024, iniciou a execução do Projeto “O Ministério Público e o Terceiro Setor no Marajó”, além do Projeto de banco de dados e o projeto PC on-line.

Para além disso, este Centro de Apoio, por meio do NTS, como forma de trazer visibilidade ao terceiro setor, educar os gestores das entidades de interesse social e conscientizar os administradores públicos e as pessoas em geral, constantemente participa de palestras e conferências destinadas a disseminar informações sobre o tema, além de formular e apresentar eventos de iniciativa própria, sempre com o fito de aproximar as entidades do terceiro setor ao Ministério Público e ao poder público como um todo.

Assim, fora concretizado evento “III SEMINÁRIO: O MINISTÉRIO PÚBLICO E O VELAMENTO DO TERCEIRO SETOR”, que ocorreu entre os dias 24 e 25 de outubro de 2024, realizado pela Promotoria de Justiça de Santarém, no qual a coordenadora do CAO/CPC, coordenadora do NTS e a equipe do NTS participaram das palestras “Benefício sociais proporcionados pelo terceiro setor”, “Atuação do Ministério Público na fiscalização das organizações do Terceiro Setor”, “Núcleo do Terceiro Setor (NTS) e seu papel institucional para sociedade civil organizada” e “Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD aplicadas às organizações da sociedade civil”.

Desde o início de 2023, o NTS vem mapeando informações relacionadas às entidades do terceiro setor localizadas nos municípios da Ilha do Marajó, com o objetivo de que fosse

posto em prática o projeto “O Ministério Público e o Terceiro Setor no Marajó”, que objetiva encontrar e mapear as entidades de interesse social marajoaras, com a finalidade de aproximar o Ministério Público das entidades do terceiro setor, assim como conscientizá-las e capacitá-las quanto às melhores formas de exercerem seu papel na sociedade.

Em 2024, com a autorização dada pela SUB-GEPLAN para o início da execução do projeto, a equipe do NTS realizou uma série de viagens aos municípios do Marajó, o que retornou informações valiosas ao banco de dados do NTS e ao Ministério Público.

De maio a outubro de 2024, foram catalogadas 114 entidades nos municípios de Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari e Muaná, pertencentes ao arquipélago do Marajó, restando o município de Ponta de Pedras, que está sendo executado em janeiro de 2025.

Destaca-se, também, que no ano de 2024 a realização da II Conferência do Ministério Público em Falência e Recuperação Judicial das Promotorias de Justiça de Tutela das Fundações, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial; Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão e Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) ocorrido no dia 21 de agosto de 2024 com painéis conduzidos por renomados nomes do MP brasileiro, magistrados, administradores judiciais e contadores e trazendo pautas relacionados à participação do Ministério Público e do Judiciário, aspectos tributários e prevenção de fraudes no contexto da recuperação judicial e de falências.

### **Núcleo do Consumidor**

O CAO/CPC, dentro desta temática do consumidor, busca agir na defesa dos interesses dos consumidores difusa e coletivamente considerados, como atribuições precípuas o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos para a melhoria da sua qualidade de vida e a harmonização das relações de consumo, sempre com vista aos seus direitos básicos. Na qualidade de órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, incumbe ao Centro de Apoio Operacional o exercício de atividades que proporcionem política institucional, bem como eventuais notícias de lesão a consumidores possam ser encaminhadas aos órgãos de execução.

Dentro desta temática, com o objetivo de fomentar a atuação ministerial na área do consumidor, fornecendo auxílio aos órgãos de execução com informações e diálogo com a rede de instituições da área, o centro de apoio conta com a existência do Núcleo do Consumidor, fortalecendo ainda mais a atuação institucional na temática.

Pontua-se que a Coordenação do NUCON participou de dez viagens como organizadora e palestrante, todas dentro do estado; expediu trezentos e setenta e cinco ofícios

para a realização de reuniões; eventos e palestras; com Promotores de Justiça, outras Instituições e Órgãos Públicos bem como, com a sociedade civil, com o objetivo de estabelecer estratégia de atuação institucional, principalmente, no que se refere aos problemas que envolvem a falta de informação da população sobre os meios existentes para recorrer quando as questões envolverem o Direito do Consumidor.

Ainda sobre o trabalho realizado de forma interinstitucional, o CAO/CPC possui trabalho em conjunto com instituições públicas em situações de ocorrência de perigo ao consumidor, como fiscalização da Cadeia de Produção do Palmito de Açaí; debate problemas relacionados à segurança da navegação já apresentados pelo GT Navegação; faz-se presente no Fórum de Segurança do Tráfego Aquaviário; participa do avanço nos debates da rede pública de saúde para tratar do enfrentamento à Doença de Chagas e promove a intensificação das atividades do Fórum Estadual de Combate ao Uso de Agrotóxico.

Cumprir pontuar ainda a interação institucional entre o CAO/CPC e a ALEPA, com a finalidade de fomentar políticas públicas em importantes áreas da sociedade, participando de iniciativas que possam fortalecer o bem estar do cidadão e o acesso aos direitos fundamentais, como ocorreu com a publicação a Lei nº 9.898/23, que trata da política da logística reversa de medicamentos dentro do Estado do Pará que encontra-se em fase de implementação.

Dentro desta temática, o Centro de Apoio participou/realizou diversas atividades sob a perspectiva dos desafios na proteção do Consumidor, dentre os quais citamos a seguir: “Reuniões Anuais do Fórum de Combate aos Impactos do Agrotóxico nas cidades de Belém, Capitão Poço, Altamira, Medicilândia e Uruará”; “Os impactos dos agrotóxicos na saúde”, “Dia Nacional do Campo limpo”, “II Seminário Nacional sobre insumos agrícolas e agropecuários”, participação nas Reuniões do Fórum Nacional ocorridas em Campo Grande e Manaus; “Congresso Brasileiro de Ecotoxicologia em Belém”; “O consumidor e a segurança alimentar”; “Audiência Pública: Logística Reversa das embalagens vazias de agrotóxicos” e “Audiência Pública: Educação Inclusiva das escolas particulares de Belém”. Os eventos foram de grande importância para gerar reflexão sobre os avanços e desafios que o Código do Consumidor impõe diante da grande demanda de consumo pela população e das ofertas de produtos e serviços em nossa sociedade.

## **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

O CAO CPC permanecerá com os trabalhos desenvolvidos constantes no plano setorial, especialmente no que concerne o trabalho de garantia de segurança alimentar, tanto dentro da atuação no Fórum dos Impactos e Uso Indiscriminado de Agrotóxico além da

segurança da navegação, com o trabalho em rede (inclusive com a participação da Marinha do Brasil) na prevenção de escarpelamento.

Para além disso, promoverá seminários de interiorização para divulgação da lei que trata da logística reversa de medicamentos dentro do Estado do Pará.

Destaca-se o aprimoramento e atenção especialmente Projeto MP+Cidadania, qual por meio de articulação com parceiros governamentais e não governamentais promove atividades de cidadania nos municípios, especialmente da região do marajó, facilitando os serviços de acesso a saúde (atendimento médico, odontológico, psicossocial), expedição de documentos, balcão de direitos, capacitação para inserção de mercado de trabalho, cursos e informações que vem sendo destacado inclusive fora do estado e entregado grandes resultados para a população mais vulnerável.

A defesa da filiação permanecerá sendo resguardada com a gestão do contrato de DNA que garante a crianças e adolescentes o direito à paternidade, direito implícito no princípio constitucional da dignidade humana; conscientizar a comunidade quanto à importância e ao direito de toda criança em ter declarada sua paternidade em seu registro de nascimento e sensibiliza os supostos pais de crianças, quanto à importância emocional e social da paternidade.

Por fim, será realizado trabalho em conjunto com os núcleos vinculados a este centro de apoios.

Assim, necessita-se de apoio, como já vem sendo realizado, para pagamento de diárias, passagens, fornecimento gráfico, serviço de produção audiovisual, pagamento do contrato de realização de exames do DNA, manutenção nos equipamentos tecnológicos, fornecimento de coffee break e lanches nos seminários e eventos, apoio com deslocamento e pagamento de colaborador eventual para seminários e congressos.

#### **Quanto aos Núcleos:**

- a) **Núcleo do Consumidor:** Dará continuidade nos trabalhos desenvolvidos constantes no plano setorial, especialmente no que concerne ao trabalho de garantia de segurança alimentar, tanto dentro da atuação no Fórum dos Impactos e Uso Indiscriminado de Agrotóxico e fomento na regularização da produção do palmito de açaí; além da segurança da navegação, com o trabalho em rede (inclusive com a participação da Marinha do Brasil) na prevenção de escarpelamento.

**Núcleo do terceiro Setor:** 1- Formulação de pareceres contábeis para atender demandas em

processos judiciais e extrajudiciais, em procedimentos de prestação de contas finalísticas de pessoas jurídicas do Terceiro Setor;

2- Suporte a membros e servidores nas esferas judiciais e extrajudiciais, através de consultas jurídicas em matéria do Terceiro Setor;

3- Auxílio a membros de informações atinentes a pessoas físicas e jurídicas, constantes no Banco de Dados do NTS;

4- Promoção de Seminários, Palestras e oficinas em matéria do Terceiro Setor;

5- Participação na Rede de Controle de Gestão Pública do Estado do Pará;

6- Continuação do Projeto "O Ministério Público e o Terceiro Setor no Marajó" para abranger a Região Marajó II;

7- Aperfeiçoamento na área do Terceiro Setor para membros, servidores e Organizações da Sociedade Civil;

8- Atualização periódica do PC On-line;

9- Formulações de Enunciados e Informativos sobre a matéria do Terceiro Setor;

10- Elaboração de um Manual de Atuação no Terceiro Setor para Membros;

11 - Criação de um Provimento que regule a Fiscalização e Velamento das Fundações Privadas no estado do Pará;

12 - Criação de Grupos de Trabalhos visando sistematizar e uniformizar o entendimento jurídico/doutrinário/jurisprudencial atualizado acerca da matéria atinente ao Terceiro Setor, com publicação em manuais de apoio, de modo a melhor subsidiar às Promotorias de Justiça e à comunidade, bem como outros temas afetos ao Terceiro Setor.

### **3.3 - Área Criminal - Centro De Apoio Operacional De Políticas Criminais,**

#### **Execução Penal E Controle Externo Da Atividade Policial**

O Centro de Apoio Operacional Criminal, redefinido pelo texto da Resolução nº 005/2011-CPJ, de 19 de maio de 2011, tem sua estrutura voltada a propiciar apoio técnico-jurídico à atuação de todos os Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça na seara criminal, através do estímulo à integração e ao intercâmbio entre os órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará. Esse suporte também decorre de ações integradas com órgãos governamentais de natureza policial e organizações não governamentais com atividades relacionadas ao controle preventivo da violência.

A intensa atuação criminal demanda apoio operacional para assuntos que necessitam de articulações interinstitucionais e mesmo reforço de apoio interno. Com esse espírito articular, o MPPA no ano de 2024, publicou 01 cartilha, 02 notas técnicas, 02 informativos, 01

coletânea de jurisprudências, esteve presente em 123 reuniões de trabalho, presenciais, virtuais ou híbridas, internas ou externas, com representantes de órgãos e instituições públicas com atuação na área criminal, segurança pública e/ou sistema prisional, apresentou 01 proposta de Resolução e 01 proposta de Portaria do PGJ (criação de núcleo), 01 projeto aprovado para contratação de curso na seara do Tribunal do Júri, 04 Projetos em execução e 05 iniciativas em execução no Plano Setorial Criminal, além de movimentar 34 manifestações, 139 orientações técnico-jurídicas criminais e 42 despachos.

Promoveu, ainda, contatos com outros órgãos para atendimento de demandas institucionais, obtenção de material de apoio para atuação dos órgãos de execução em determinados casos. Sem contar que, as solicitações de apoio para a realização de eventos e de reuniões de trabalho são atendidas constantemente pelo CAO Criminal, facilitando a atuação institucional na matéria e otimizando o tempo dos membros solicitantes.

No ano de 2024, realizou os seguintes eventos na área criminal:

1. WORKSHOP PARA O TRIBUNAL DO JÚRI. 11/04/2024, no auditório do Edifício Sede, com transmissão instantânea por meio do Canal do CEAF/MPPA, no YouTube;
2. WORKSHOP SOBRE A NOVA SISTEMÁTICA DE ARQUIVAMENTO PARA IPL, TCO E PIC, NO ÂMBITO DO MPPA. 27/08/2024, online, com transmissão instantânea por meio do Canal do CEAF/MPPA, no YouTube;
3. WEBINAR PARA PROMOÇÃO DA POLÍTICA ANTIMANICOMIAL. 24/09/2024, online, com transmissão instantânea por meio do Canal do CEAF/MPPA, no YouTube.

### **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

No ano de 2025, realizará o Curso Estratégias e Segredos do Tribunal do Júri, de 19 a 21/02/2025, no Auditório do CEAF, para atualizar e aprimorar as técnicas de acusação para 60 Promotores de Justiça inscritos.

### **3.4 - Área Infância E Juventude – Centro de apoio Operacional da Infância e Juventude (CAO/IJ)**

A atuação Ministerial na área da Infância e Juventude é imperativo legal definido nos artigos 200 a 205 do Estatuto da Criança e do Adolescente, agindo como parte ou como defensor em processos e procedimentos judiciais e extrajudiciais no que concerne à garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Através do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ), que possui atuação específica em matérias relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, previstos nas Constituições Federal e Estadual, nas normas internacionais, no Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais legislações esparsas sobre a matéria os órgãos de execução contam com estrutura administrativa adequada à defesa dos interesses dessa classe.

Em compasso com Plano Setorial da Infância e Juventude do MPPA, o MPPA trabalhou, principalmente:

O Fortalecimento da implementação da Lei 13.431/2017, que instituiu o sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência, por meio de ações e formações para que todos os municípios elaborem fluxo interinstitucional de atendimento. Com a intervenção dos promotores de justiça, 51 municípios já possuem comitê de monitoramento da implementação da lei.

Quanto ao Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o MPPA intensificou as ações do Projeto Navegue Não Naufrague nos Crimes Sexuais, bem como de eventos formativos acerca da temática. Algumas Promotorias, replicaram o projeto, visando o diálogo, com crianças, adolescentes, pais/responsáveis e fortalecendo a notificação dessa forma de violência. A experiência do projeto de enfrentamento a violência sexual, além de haver recebido o reconhecimento em primeiro lugar na categoria “Diálogo com a sociedade” no prêmio CNMP 2023, novamente foi reconhecido como prática exitosa em 2024, no seminário “primeiros passos” realizado pelo CNMP, por sua peculiaridade de ajudar a prevenir violência também na primeira infância.

Em relação a essa temática, destaca-se a parceira com a Universidade Federal do Pará, para elaboração de peça de teatro educativa, que foi encenada para alunos da rede pública, nas Usinas da Paz, orientado acerca das formas de violência e canais de denúncia, e, o Guia “Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Uma discussão no espaço escolar”, que objetiva ajudar na identificação, acolhimento e notificação dos casos de violência.

O Guia apresentado pelo MPPA, teve a adesão tanto da Secretaria Estadual de Educação quanto Secretaria Municipal de Belém, cujos secretários prefaciaram o documento e aderiram como padrão a ser seguido pelos profissionais de educação. As formações sobre o Guia já alcançaram mais de 1.487 educadores e funcionários das redes de ensino do estado do Pará. Alguns municípios como Soure, Magalhães Barata e Maracanã, também estão implantando o fluxo a partir desse instrumental.

Outrossim, impulsionando o eixo SINASE, o Ministério Público envidou esforços no sentido de incentivar a mobilização dos promotores de justiça para que reforçassem a

fiscalização no seu município de atuação, quanto a criação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e monitoramento do cumprimento de seus objetivos. No final de 2021, 80 municípios possuíam plano, ao final de 2024, quase a totalidade, 142 municípios conseguiram elaborar o plano, em virtude de diversos Promotores, terem agido como indutores dessa política pública.

No que concerne ao protagonismo infantojuvenil, o MPPA vem fomentando a participação dos adolescentes e jovens no processo de construção das políticas voltadas à infância e juventude, especialmente com os Projetos Educação Entre Pares e Estágio Cidadão. Neste sentido, o projeto Estágio Cidadão objetiva o fortalecimento dos conselhos escolares, por meio da formação teórica e cidadã dos jovens estagiários selecionados. Tal projeto já capacitou 1680 jovens que acompanharam a atividade dos promotores nos diversos municípios do Estado. Frisa-se que inúmeros desses jovens já ingressaram na universidade e executam a fiscalização cidadã aprendida na instituição.

Tendo o projeto “Educação Entre Pares”, recebido o “Certificado de Boa Prática Resolutiva”, concedido pela Corregedoria Nacional do Ministério Público. Ainda quanto o protagonismo, o MPPA firmou termo de cooperação com a FUNPAPA recebendo pela primeira vez, jovens na condição de aprendiz, tendo sido criadas 20 vagas no âmbito do MPPA, que hoje conta com 5 jovens aprendizes.

Por fim, no que concerne a proteção à primeira infância, os promotores foram incentivados a monitorar indicadores sociais referente a realização de pré-natal, mortalidade infantil, cumprimento de cobertura vacinal, índice de violência, dentre outros.



**PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

Planejamento: Execução dos projetos vinculados ao CAOIJ, entrega de manuais e roteiros de apoio aos membros para atuação na área da infância e juventude, previsto no Plano Setorial, bem como a realização de eventos para promoção dos direitos infantojuvenis.

Necessidades: apoio externo e interno as ações e projetos idealizados pelo CAOIJ, adesão dos promotores de justiça às diretrizes previstas no Plano Setorial, para alinhamento das ações a serem desenvolvidas ao longo de 2025

**3.5 - Área Defesa Do Patrimônio Público E Da Moralidade Administrativa – Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal (CAO/DPP)**

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público (CAO/DPP) está diretamente vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, tendo sido criado pela Lei Complementar nº 057 de 06/07/2006 e pela Resolução nº 004/2021 – CPJ/MP. Sua principal atribuição é oferecer apoio técnico-jurídico aos membros do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) em matérias relacionadas ao patrimônio público, promovendo a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução do MPPA. Esse suporte é ampliado por meio de ações integradas com órgãos governamentais e não governamentais, com foco no controle preventivo da corrupção e da improbidade administrativa.

O CAO/DPP atua especificamente nas áreas de defesa do patrimônio público, improbidade administrativa, crimes contra a administração pública, combate à sonegação fiscal, ordem econômica e tributária, além de questões de direito administrativo. Também presta orientação jurídica aos Procuradores e Promotores de Justiça que atuam na defesa do patrimônio público, facilitando a comunicação e o intercâmbio de informações entre os órgãos responsáveis por essa área.

Nos últimos anos, o CAO/DPP ganhou destaque, principalmente por conta das operações efetivadas pelo Ministério Público, em conjunto com as polícias militar, civil e federal que foram capazes de dismantelar verdadeiras organizações criminosas instaladas nas mais variadas esferas do poder público. Dessa forma, é importante destacar o papel do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e de Combate à Sonegação Fiscal.

**1. PROJETO INTEGRIDADE NAS EMPRESAS:** Trata-se de projeto desenvolvido em parceria com outros órgãos e motivado pelas exigências da Nova Lei de Licitações (Lei nº

14.133, de 1º de abril de 2021), que impôs aos licitantes vencedores a necessidade de desenvolvimento de Programa de Integridade (compliance). Nesta toada e inspirados em prática exitosa do Ministério Público do Maranhão, foi idealizado o Projeto INTEGRIDADE EMPRESARIAL NA PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, que visa incentivar a implantação e o aperfeiçoamento de práticas de compliance entre os contratados da Administração Pública.

2. **PROJETO INTEGRIDADE INSTITUCIONAL:** considerando os seus objetivos institucionais e respectivas ações estratégicas, reconheceu-se a importância de o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) implementar o seu Programa de Integridade Institucional, a fim de não só fortalecer as suas atuais instâncias de controle, mas também de instituir um conjunto ainda mais robusto de medidas e ações institucionais orientadas à prevenção, detecção e punição de fraudes, desvios éticos.

3. **PROJETO ROYALTIES:** O Projeto Royalties visa promover a máxima Transparência na gestão e aplicação dos recursos recebidos por Municípios a título de royalties. e atos de corrupção. No dia 07/06/2024, o MPPA celebrou com a UFPA e a FADESP o convênio nº. 02/2024-MPPA, para vigência até 07/06/2026, e tem por objeto a mútua colaboração técnica, científica e acadêmica, por meio de ações de caráter de ensino e pesquisa, com vistas a elaboração de um conjunto de indicadores que permitam estimar os estágios de Governança e de Uso Sustentável dos Royalties dos recursos minerais nos municípios arrecadadores, por meio de estudos, pesquisas e do desenvolvimento de atividades acadêmicas, além do intercâmbio de informações entre os partícipes, conforme detalhado no Plano de Trabalho. O extrato do convênio foi publicado no Diário Oficial da União em 17/06/2024.

4. **PROJETO ENIATO - CONTROLE DA EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DOS AGENTES PÚBLICOS:** A iniciativa envolve a atuação integrada de órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará que atuam na defesa do patrimônio público, que, mediante orientação e acompanhamento deste CAODPP, não só identificarão junto aos respectivos Municípios os riscos de irregularidade na gestão pública, como realizarão o monitoramento e, quando necessário, a repressão de atos de enriquecimento ilícito.

5. **PROJETO CONTROLADORIAS NOS MUNICÍPIOS:** A iniciativa refere-se ao alinhamento do MPPA com os objetivos 1.5, 2.1 e 3.2 do PEN, que envolve o desenvolvimento de políticas de governança, de tratamento de informações, mediante a criação das estruturas de controladorias, treinamento e capacitação de servidores para boa gestão, consubstanciado no eixo preventivo às práticas corruptivas no setor público.

6. **PROJETO TURMA DA MÔNICA:** por intermédio da contratação do Instituto Cultural Maurício de Sousa, foi produzida cartilha digital do tipo revista em quadrinhos da “Turma da Mônica”, para fim temático-pedagógico, no eixo Ética, Integridade e Direitos Humanos, em

ações educativas promovidas pelo Ministério Público do Estado do Pará. No ano 2024, o projeto, que ainda se encontra em andamento, já distribuiu mais de 1500 exemplares da Revista impressa da Turma da Mônica e já desenvolveu ações pedagógicas em 8 eventos promovidos pelo MPPA.

**7. ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DE CONTROLE (TCU, TCM e POLÍCIA CIVIL):**

Com vistas a estabelecer intercâmbio permanente com órgãos de controle, para compartilhamento e obtenção de elementos técnicos-especializados na área de defesa do patrimônio público

**8. AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DE MEMBROS E SERVIDORES QUE ATUAM NA DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

**9. ORIENTAÇÕES TÉCNICO-JURÍDICAS AOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO**

**10. PAINEL POWER BI DO PATRIMÔNIO PÚBLICO:** reúne, em uma interface simples e acessível, dados extraídos das bases do SAJ e SIMP, com o objetivo de oferecer transparência e uma visão gerencial da atuação extrajudicial e judicial dos órgãos de execução.



XII Prêmio SEBRAE Prefeitura Empreendedora



Escolas Municipais Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, em Icoaraci, e Maria Stellina Valmonte, em Belém:

## PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025

Dar continuidade aos projetos e iniciativas descritas neste relatório e promover novas ações afetas à defesa do patrimônio público, sempre mitigando riscos e fortalecendo as atividades de maior resolutividade.

### 3.6 - Área Direitos Sociais - Centro De Apoio Operacional Dos Direitos Sociais (CAO/DS)

O Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais, em 2024, coordenou as atividades desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho em Defesa da Saúde - GT Saúde (Portaria n.º 1.249/2017-MP/PGJ) e em Defesa da Educação - GT Educação (Portaria n.º 5.256/2017-MP/PGJ), tratando de variados temas, como educação inclusiva, TEA, regulação hospitalar e ambulatorial, educação do campo, comunidades terapêuticas e PSE nas escolas.

Ademais, no ano de 2024, foram realizados pedidos à Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA) de disponibilização de login e de senha para o cadastro de Promotores de Justiça do MPPA no Sistema Estadual de Regulação (SER).

Ainda no referido ano, o CAO/DS elaborou e enviou, aos Promotores de Justiça do MPPA, diversos documentos, como cartilhas, folders, manuais e kits de atuação, com o objetivo primordial de subsidiar a atuação dos membros que operam nas áreas da saúde, da educação e da assistência social, por meio do envio de peças judiciais e extraprocessuais sobre determinados temas. Foram tratados temas como transporte escolar, água potável, vistoria nas escolas, assistência farmacêutica, comunidades terapêuticas, EJA, escola em tempo integral, bullying, alimentação escolar, mediação escolar, lixo hospitalar, dengue, LGBTQIAPN+, população em situação de rua, instituição de longa permanência de idoso, benefícios eventuais, vacinação, doação de órgãos e tecidos, TEA e violência obstétrica.

Outrossim, continuou-se o Projeto Drogas e Álcool Nunca Mais, que, em conformidade com o Planejamento Estratégico Institucional, objetiva debater mecanismos que possibilitem o acompanhamento da política pública voltada à saúde mental, especialmente aos usuários de álcool e drogas, visando, ainda, prevenir o uso dessas substâncias por crianças e adolescentes.

De igual modo, procedeu-se com a execução do Projeto Conhecendo os Conselhos Escolares, que busca fomentar a participação popular na fiscalização de recursos por meio da participação nos Conselhos e nas comunidades.

Além disso, as iniciativas denominadas Fomento ao CADÚnico, Participação Social nas Escolas e Atendimento Humanizado e os projetos intitulados “Nem um a Menos” e “Mais Inclusão na Educação” tiveram seus desdobramentos no decorrer de 2024.

## **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

Para o ano de 2025, o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAODS), objetivando cumprir suas atividades finalísticas, realizará viagens para municípios paraenses, a fim de apresentar os seus trabalhos executados e coletar informações sobre as necessidades e principais dificuldades enfrentadas pelos membros que atuam na ponta, de modo a aprimorar as ações a serem desenvolvidas.

Além disso, o centro em questão continuará elaborando manuais, cartilhas, folders e kits de atuação, visando orientar membros e a sociedade sobre os mais diversos assuntos relacionados à educação, saúde e assistência social.

Não se pode olvidar que a equipe do CAODS continuará participando de cursos e eventos, com a finalidade de angariar conhecimento a favor da instituição.

### **3.7 - Área Direitos Humanos - Centro De Apoio Dos Direitos Humanos (CAO/DH)**

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) tem como função fundamental a defesa do regime democrático e dos direitos fundamentais, abrangendo tanto direitos individuais quanto sociais. Nesse contexto, cabe ao MPPA atuar como uma verdadeira instituição de garantias, protegendo os direitos básicos de todas as pessoas, com especial atenção para aqueles historicamente e socialmente vulnerabilizados.

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAO/DH) exerce papel essencial nesse cenário, oferecendo suporte técnico-jurídico às Promotorias de Justiça e promovendo a aproximação entre o MPPA e movimentos sociais, conforme orientado pela Recomendação nº 61/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Esse esforço visa fortalecer o compromisso com os mandamentos constitucionais e garantir a proteção dos direitos humanos.

Instituído pela Lei Complementar nº 057 de 06/07/2006 e pela Resolução nº 004/2021 – CPJ/MP, o CAO/DH é vinculado diretamente à Procuradoria Geral de Justiça e tem como principal atribuição fornecer suporte técnico-jurídico aos membros do MPPA em matérias relacionadas aos direitos humanos. Esse apoio é complementado por ações integradas com órgãos governamentais e organizações não governamentais que atuam na defesa desses direitos.

O CAO/DH coordena, monitora e controla programas e projetos voltados para a proteção de grupos historicamente vulneráveis, como população negra, pessoas LGBTI, pessoas em situação de rua, vítimas de trabalho análogo à escravidão, idosos, pessoas com deficiência, comunidades tradicionais, entre outros. Além disso, aborda questões como desigualdade de gênero, diversidade cultural e religiosa, conflitos agrários e fundiários, deslocamentos compulsórios na Amazônia e assistência humanitária a imigrantes e refugiados.

Outra função importante do CAO/DH é prestar orientação jurídica a Procuradores e Promotores de Justiça, promovendo o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os órgãos de execução do MPPA. Dessa forma, o CAO/DH fortalece a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **PAUTA LGBTI+**

Confecção da 5ª (2024) edição da cartilha “EM DEFESA DA DIVERSIDADE”, trazendo as alterações e atualizações necessária sem relação aos direitos da população LGBTI+, em alusão ao dia 28 de junho, o “Dia do Orgulho LGBT”, uma data histórica na defesa dos direitos de um grupo marginalizado que, por muito tempo, teve suas oportunidades e direitos suprimidos devido sua sexualidade e/ou identidade de gênero.

O CAO/DH do MPPA elaborou a Nota Técnica n.º 01/2024 que trata do combate ao racismo e LGBTfobia nos estádios de futebol, podendo fornecer suporte aos membros do MPPA em suas atuações nessa agenda.

Dentre os tipos de violência em estádios de futebol vêm aumentando a ocorrência de práticas reiteradas de racismo e LGBTfobia, transformando o ambiente desportivo em um local hostil e inseguro, sobretudo para a população mais vulnerabilizada. Nesse sentido, a nota técnica visa oferecer instrumentos aos membros do Ministério Público para enfrentar essas práticas violadoras de direitos humanos.

Aprovação pelo Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) do Ministério Público do Pará da criação do Núcleo LGBTI+, vinculado ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH) por meio da Resolução Nº 008/2024–CPJ, de 01 de agosto de 2024 responsável por alterar a Resolução nº 004/2021-CPJ.

### **INDÍGENAS WARAO**

O Ministério Público do Estado, por meio do CAO de Direitos Humanos e das Promotorias de Justiça de Habitação, de Belém, Ananindeua e Icoaraci, com o apoio de técnicas do GATI, realizou, em parceria com o ACNUR, Defensoria Pública, OIM, IEB e Secretaria Municipal de Habitação, visita a oito comunidades de refugiados indígenas da etnia

Warao: Comunidade Warao A Janoko, Comunidade de Prosperidade, Comunidade de Itaitéua, Comunidade de Tapanãzinho, Comunidade de Campos Sales, Comunidade do Curuçambá, Comunidade do Distrito e Comunidade de Levilândia, nos dias 7 e 8 de fevereiro.

Durante as visitas, além da inspeção técnica aos espaços físicos das moradias (todos, sem exceção, apresentando problemas estruturais e funcionais que colocam em risco a segurança, a vida e a saúde dos ocupantes), foram realizadas escutas das lideranças, que relataram outros problemas, relativos à moradia, saúde, educação, emprego e renda e saneamento básico. A visita resultou na confecção de um Relatório Conjunto com indicação das necessidades básicas que o Povo Warao carece e os pontos que devem ser trabalhados.

Em maio de 2024, o Ministério Público do Estado, novamente por meio do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos, participou de uma reunião com lideranças da Comunidade Warao visando esclarecer como o MPPA pode auxiliá-las no sentido de garantir seus direitos.

### **PAUTA CLIMÁTICA**

O projeto “Direitos Humanos e a COP 30: Um Olhar do Ministério Público a partir da Amazônia” foi criado em 2024 com objetivo de inserir e atualizar o Ministério Público nos debates acerca das mudanças climáticas que estão afligindo o mundo, principalmente da relação delas com os direitos humanos.

O projeto foi pensado com objetivo de desenvolver uma agenda, durante todo o ano de 2024, envolvendo vários temas do guarda-chuva dos direitos humanos, tais como: I) mercado de carbono e direitos humanos; II) justiça climática e gênero; III) clima e diversidade étnico-racial; IV) justiça climática e defensores de direitos humanos, V) migração, mudanças climáticas e direitos humanos; VI) direitos humanos no espaço urbano, frente aos desafios climáticos; VII) direitos humanos, mudanças climáticas e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Dessa forma, o projeto já conta com algumas realizações no sentido de alcançar este objetivo. Realização da Oficina “Direitos Humanos e a COP 30: o olhar do MPPA sobre Mercado de Carbono.

### **Núcleo Agrário e Fundiário**

O Núcleo Agrário e Fundiário - NAF foi criado em junho de 2016, através da Resolução 004/2016-CPJ, publicada no Diário Oficial nº 33169, de 14 de julho de 2016. Em atenção às atribuições descritas no Artigo 17, §3ª da Resolução nº 004/2016-CPJ o NAF tem se esmerado para opinar e oferecer sugestões em matéria de conflitos agrários e fundiários, oferecer suporte doutrinário e jurisprudencial para questões judiciais e extrajudiciais pertinentes a esse assunto e tem realizado trabalhos de articulação com as comunidades e movimentos sociais para os debates no intuito de construir o fórum de questões agrárias.

Em 2024, o NAF realizou sete atendimentos encaminhados por diversas entidades, incluindo Promotorias de Justiça Agrária, UNIPOP, CAODH, Grupo de Trabalho Agrário, membros do MPPA e lideranças comunitárias. Nesse contexto, destaca-se também a criação do “GT Educação do Campo, Educação Indígena e Quilombola”, instituído pela Portaria nº 7402/2023 – MP/PGJ. Esse grupo tem como objetivo principal promover uma educação de qualidade para comunidades rurais, indígenas e quilombolas no Pará, contando com um

relatório único e detalhado que reforça sua atuação. No que se refere ao fortalecimento de parcerias, o NAF firmou importantes Acordos de Cooperação Técnica: TCT MPPA x PCPA, MPPA X UFRA.

O NAF do Ministério Público do Estado do Pará participou de diversos eventos que contribuíram para o enriquecimento jurídico e para a análise prática das necessidades e interesses envolvidos nas relações jurídicas agrárias. Ademais, esteve presente na reunião interinstitucional sobre a Recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos no caso 12327, relacionado ao homicídio de Manoel Barbosa da Costa e outros (Fazenda Princesa), cuja discussão resultou em respostas relevantes para o Ministério Público. Outro destaque foi sua participação, por transmissão ao vivo, no “II Seminário Internacional de Justiça Restaurativa e Meio Ambiente”, realizado no Bioparque Pantanal, em Campo Grande/MS. Por fim, participou do seminário acadêmico "O Papel da Justiça para a Transição Ecológica Amazônica", realizado no dia 25 de novembro de 2024, durante a “Semana de Regularização Fundiária da Amazônia Legal 2024”. Por fim, a Coordenadora do NAF/MPPA foi honrosamente convidada para participar da cerimônia em comemoração aos 148 anos da Polícia Civil do Estado do Pará, onde foi condecorada com a medalha do Mérito Policial.

#### **Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa e com Deficiência**

O núcleo atua nas questões relativas aos direitos das pessoas com deficiência, aos idosos e às pessoas com transtornos mentais, ele está em atuação desde 1999. Abaixo as atividades realizadas em 2025.

Fornecimento de peças, apoio e orientação contínua aos Promotores de Justiça sobre os temas afetos ao Núcleo; Reunião com a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais-APE - Belém e com a Federação das APAES do Estado do Pará, a fim de articular a destinação dos acordos de não persecução penal; Participação no Curso de Formação dos novos Promotores de Justiça, no auditório do CEAF; Organização e participação do II Encontro de Instituições de Longa Permanência de Pessoas Idosas do Estado do Pará, em abril, no auditório do CEAF; Palestrante nas escolas de Inhangapi, acerca do tema afeto ao núcleo; Reunião com a Presidente da Comissão de Acessibilidade do MPEPA, para garantir/melhorar a acessibilidade dentro das instalações do MPE; Participação em evento da Comissão de Acessibilidade do MPEPA, para alinhar informações e planejar evento alusivo à data comemorativa; Palestrante no Seminário de Direitos e Valorização da Pessoa Idosa, em outubro, no auditório do SESC - Castanhal.

### **Núcleo de Igualdade Étnico-Racial**

O Ministério Público do Estado do Pará instituiu em 2021 o Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial (NIERAC), que compõe o Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, através da Resolução nº 004/2021-CPJ. O NIERAC desenvolve atividades que buscam o combate à discriminação racial e a promoção da equidade racial no Estado do Pará, em conjunto com outros parceiros internos e externos.

A missão principal do NIERAC é promover a igualdade racial no Estado do Pará, através da defesa dos direitos da população negra, indígena e quilombola do combate ao racismo e da promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Através de suas ações, o NIERAC contribui para a construção de um futuro mais promissor para todos os paraenses, sem distinção de raça, etnia ou cor.

Entre os meses de janeiro e março, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) realizou uma série de reuniões estratégicas voltadas à implementação de novas Afrotecas em municípios do estado, por meio do Projeto Kiriku. Essas articulações envolveram o Ministério da Igualdade Racial do Governo Federal, a reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Secretarias Municipais de Educação. Além disso, em março, ocorreram encontros com a Arquidiocese de Santarém e a UFOPA para consolidar a parceria no projeto “Raízes Fortalecidas: Programa de Saúde Mental para Quilombolas e Indígenas”, incluindo uma visita ao viveiro de plantas medicinais do projeto FarmaFittos. Nesse mesmo período, também foi promovido o III Fórum de Mulheres em Óbidos, que reuniu cerca de 500 participantes para discutir o tema “Gênero e Clima: impactos interseccionais”.

No mês de abril, o MPPA esteve presente na III Ação Cidadania Itinerante, que beneficiou mais de 7.000 ribeirinhos, indígenas e quilombolas na comunidade quilombola Jauari, em Oriximiná. Ainda em abril, representantes do MPPA, do Ministério Público Federal (MPF) e do Ministério Público do Estado do Pará participaram de uma reunião com Mary Lawlor, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a situação de pessoas defensoras de direitos humanos. O encontro, realizado na sede do MPF em Santarém, teve como objetivo compartilhar informações relevantes para a relatoria.

Durante o mês de maio, o MPPA esteve envolvido em diversas iniciativas voltadas à promoção da equidade racial e da educação. Entre os eventos, destacam-se o Colóquio Brasil & Angola - Mayombe e Amazônia: Memórias Entrelaçadas e Justiça Socioambiental em Foco, realizado na Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA), e o Seminário Educação para Relações Étnico-Raciais, promovido em Moju e Altamira. Também foram realizadas a Sessão Especial da ALEPA em comemoração ao Dia Mundial da África, a Audiência Pública organizada pelo

MPF para discutir a ampliação e qualidade dos serviços de saúde indígena no Baixo Tapajós e o Seminário Áfricas e Amazônicas em Suas Diversidades, em Santarém.

Em junho, o MPPA manteve sua atuação voltada para questões climáticas e educação quilombola. Foram promovidos o Seminário Diálogos sobre Questões Climáticas em Santarém e a COP 30, a Oficina Construção da Educação Escolar Quilombola em Castanhal, e o Encontro Regional Construindo Pautas para a COP 30, realizado em Barcarena. Além disso, a instituição esteve presente na Conferência de Promoção da Igualdade Racial, organizada pela COANT, em Belém.

Nos meses seguintes, o MPPA seguiu com sua agenda de atividades em diversas regiões do Pará. Em julho, foram promovidas ações sociais na Aldeia Solimões e o evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, em Santarém. Em agosto, ocorreram reuniões sobre Educação Escolar Quilombola em Bujaru, Acará e Concórdia do Pará, além dos eventos Diálogos sobre Questões Climáticas e a COP 30 em Breves, Castanhal e Redenção. No mesmo mês, o MPPA participou do II Encontro Interinstitucional de Direito Agrário e Fundiário, em Belém.

Encerrando o ano, em setembro, o MPPA promoveu o evento "Dia da Amazônia e Dia Internacional da Mulher Indígena: Confluências Femininas de Saberes entre o Ontem e o Hoje". Em outubro, foram realizadas atividades voltadas à construção do currículo escolar e do Projeto Político Pedagógico para a educação quilombola e do campo em Oriximiná, Monte Alegre e Santarém. Por fim, em dezembro, foi oficializada a assinatura do Pacto da Educação Antirracista e do Pacto da Educação do Campo, Indígena e Quilombola, na comunidade de Pontinha, em Tracuateua, consolidando compromissos voltados à valorização da diversidade educacional no estado.

### **Núcleo de Proteção à Mulher**

Sobre, o trabalho realizado no ano de 2024, o Ministério Público do Estado do Pará, através do Núcleo Mulher, busca cada vez mais fortalecer o diálogo com a sociedade e a imagem institucional, bem como trabalha para assegurar maior efetividade dos direitos e garantias das mulheres, comprovadas através da eficácia e efetividade das ações do Núcleo Mulher, conforme os Projetos e iniciativas desenvolvidas, a seguir:

### **PROJETO DE MULTI-ACOLHIMENTO SOCIAL**

Oriundo dos Projetos Empoderamento Empreendedor e de Integração da Rede de Proteção, que resultou na assinatura do Acordo de Cooperação Técnica por Mútua Cooperação celebrado entre o Ministério Público do Estado do Pará e instituições e entidades

parceiras da Rede de Proteção à Mulher; o PROJETO DE MULTI-ACOLHIMENTO SOCIAL visa o encaminhamento de mulheres hipossuficientes e vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, por plataforma digital, aos serviços ofertados de forma gratuita pelas entidades e órgãos públicos ou privados integrantes, de acordo com 3 eixos: Eixo 1 (saúde física e mental); Eixo 2 (assistência jurídica) e Eixo 3 (formação e capacitação profissional).

Considerando a grande extensão territorial do Estado do Pará, o Núcleo Mulher tem realizado treinamentos da Rede de Proteção à Mulher.

Foi realizado Treinamento da Rede Integrada de ICOARACI para execução do Projeto de Multi-acolhimento Social do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA, em Icoaraci nos dias 29 e 30 de janeiro de 2024 (2ª e 3ª-feira) em parceria com a Promotoria de Justiça de Icoaraci e a Secretaria de Estado das Mulheres (SEMU).

Realizou-se no período de 20 a 23AGO2024, Ação Social no Residencial Viver Primavera, no bairro do TAPANÃ, pelo Projeto de Multi-acolhimento Social, onde foram ofertados cursos e encaminhamentos jurídicos, odontológicos e psicológicos. Segue matéria veiculada no portal MPPA:

Nos dias 28 e 29AGO2024, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) através do Núcleo de Proteção à Mulher (Núcleo Mulher), em parceria com a Promotoria de Justiça de Castanhal e o Instituto de Desenvolvimento Social de Benevides, realizou no auditório do prédio sede em Castanhal, o Treinamento de Qualificação para a Rede de Proteção à Mulher de CASTANHAL, oriundo do Projeto de Multi-acolhimento Social com o objetivo foi promover a qualificação e o aprimoramento permanente aos atores e profissionais da rede de proteção à mulher.

### **GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Lançado no dia 7 de março de 2022, o projeto segue a Lei 13.984/2020, que inclui na Lei Maria da Penha medidas protetivas de urgência de comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação com acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

Concebido pelo Núcleo Mulher com o objetivo de implantar e executar grupos reflexivos com abordagem responsabilizante, direcionados a homens autores de violência

doméstica e familiar contra as mulheres, em cumprimento a medidas protetivas determinadas pela Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou Vara Criminal, contribuindo para a prevenção, redução da violência de gênero, reabilitação na busca de elevar o nível de consciência das consequências dos atos de violência tanto para o autor quanto para a vítima.

### **FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Em março, em Icoraci, foi realizada a Formação para profissionais da educação em parceria com FEBRABAN; Me Too Brasil e SEDUC para Integrantes das Diretorias Regionais de Ensino do Estado do Pará: Assistentes Sociais, Pedagogos, Psicólogos, Dirigentes, Núcleo de Segurança e Proteção Escolar (NUSP), Diretorias e Coordenações da SEDUC.

Em Agosto, foram realizadas palestras do Núcleo Mulher na ESCOLA PROFESSORA ALBANÍZIA DE OLIVEIRA LIMA que desenvolveu o projeto de Ciências Humanas Projeto MULHERES AMAZÔNICAS: ascetralidade resistência e luta, com o objetivo de refletir sobre a contribuição feminina na defesa da Amazônia Brasileira e analisar as questões de gênero norteadas pelo patriarcado e o quanto tentam limitar a atuação dessas mulheres na defesa da floresta para aproximadamente 150 estudantes do 2º ano com média de idade de 15 a 17 anos.

Ainda em agosto, o MPPA através do Núcleo de Proteção à Mulher, participou da AÇÃO INTEGRADA DO TJPA e MPPA para execução do Projeto “Meninas e Mulheres do Marajó” em Soure e Salvaterra - Região Marajó I.

### **RODA DE CONVERSA COM MULHERES INDÍGENAS**

Busca fomentar a escuta e o diálogo entre as mulheres indígenas que residem no Estado do Pará, afim de contribuirmos com políticas públicas que venham beneficiá-las e fortalece-las enquanto uma rede de mulheres indígenas compreendendo a necessidade de melhor ajudá-las na busca por seus direitos.

### **PROJETO TRÁFICO DE PESSOAS: “É PRECISO RECONHECER PARA ENFRENTAR”.**

Busca capacitar atores do sistema de justiça e outros correlatos sobre o crime de tráfico de pessoas, a fim de introduzir o debate científico, a partir de várias perspectivas para

a construção de políticas de enfrentamento, bem como ampliar a participação qualificada das lideranças no controle social, sobre a temática do tráfico de pessoas e crimes correlatos

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) no Brasil, através do Projeto Tapajós, em parceria com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) / Núcleo Mulher, realizou capacitação multidisciplinar para a identificação, referenciamento e assistência a vítimas de tráfico de pessoas em Santarém, na bacia do rio Tapajós.

### **PRÊMIO MULHERIDADES: SOMOS MUITAS, SOMOS MÚLTIPLAS**

Oriundo do “Prêmio Mulheres Empoderadas”, a denominação do prêmio foi atualizada no ano de 2024, e visa conferir reconhecimento e destaque às mulheres que realizam trabalho na luta contra a violência doméstica e familiar contra a Mulher e/ou que de alguma forma, demonstraram distinta relevância em suas respectivas áreas de atuação, homenageando-as pela coragem, determinação e dignidade com que construíram suas vidas pessoal, profissional e familiar, tornando-se cada uma delas referência de poder feminino.



Treinamento do Projeto de Multi-acolhimento Social do Núcleo de Proteção à Mulher do MPPA



Ação para Meninas e Mulheres no Marajó

## **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

O CAODH pretende continuar o cumprimento de sua missão constitucional, como agente transformados da realidade, por meio da tutela intransigente dos direitos fundamentais, mas também no contexto estadual, já que a aproximação como os movimentos sociais vem em resposta aos reclamos, que já se faziam sentir desde há muito, de grupos histórica e socialmente vulnerabilizados no nossa Estado, como é o caso, por exemplos da população negra, população em situação de rua, povos tradicionais, indígenas e a comunidade LGBT+.

### **Núcleo Agrário e Fundiário**

Para o ano de 2025, o Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias, pretende desenvolver as atividades constantes no Plano Estratégico em Questões do Agrárias e Fundiárias - PEAf, como também desenvolver as atividades constantes no Plano Setorial do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias, ambos os planos ainda estão aguardando aprovação.

### **Núcleo de Defesa da Pessoa Idosa e com Deficiência**

Considerando que a subscrevente permanecerá somente até o mês de março de 2025, face à mudança na Administração Superior, e conseqüentemente, no CAODH e seus Núcleos,

está agenda reunião com a Comissão de Acessibilidade para 24.02.25, para programação de evento sobre a Conscientização sobre o dia mundial da acessibilidade. Também continua sendo garantido apoio e orientação aos Promotores de Justiça solicitantes.

### **Núcleo de Igualdade Étnico-Racial**

- Criação do Núcleo de Pesquisa em Questões Étnico-Raciais nas Amazônias Paraenses (NUPER);
- Realizar atividades do Núcleo de Pesquisa em Questões Étnico-Raciais nas Amazônias Paraenses (NUPER), garantindo que, para cada linha de pesquisa, sejam produzidos um artigo científico, uma nota técnica e, ao final do ano, um dossiê com os resultados das pesquisas;
- Acompanhar a implementação de novas Afrotecas em municípios do Estado do Pará;
- Realizar incidência política e advocacy para impulsionar a aprovação de projetos de lei que instituem Programas Municipais de Plantas Medicinais e Fitoterápicos nos municípios do Estado, em parceria com o Projeto Raízes Fortalecidas;
- Realizar o IV Fórum das Mulheres;
- Realizar circuitos de eventos para letramento sobre Ação Não Discriminatórias no estado do Pará;
- Realizar circuitos de eventos para impulsionar a articulação e estratégias de movimentos sociais indígenas e quilombolas a participarem da COP-30;
- Realizar circuitos de eventos para promover debates sobre segurança alimentar relacionada às realidades dos povos indígenas, quilombolas, do campo, das florestas e das águas;
- Impulsor atividades do Grupo de Trabalho Étnico-Racial do MPPA;
- Impulsionar os municípios do estado do Pará a aderirem os Pactos de Educação Antirracista e Pacto pela Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola;
- Promover oficinas de construção de currículo escolar quilombola e projeto político pedagógico em educação escolar quilombola e educação escolar do campo;
- Colaborar com a realização do novo Censo Étnico-Racial do MPPA;
- Colaborar com o letramento de estagiários do MPPA sobre questões étnico raciais e sobre políticas afirmativas;
- Realizar eventos sobre a questão étnico-racial nas regiões administrativas do Ministério Público, abordando educação indígena e quilombola;
- Realizar eventos da Semana do Orgulho Trans em parceria com o Núcleo LGBT do

Ministério Público do Estado do Pará;

- Promover atividades conjuntas com o CAO de Meio Ambiente na Semana Nacional do Meio Ambiente, em junho de 2025;
  - Organizar um evento no Dia da África (19 de maio de 2025), em parceria com a Alepa e a Secretaria de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará;
  - Desenvolver uma cartilha sobre educação quilombola e indígena, em parceria com a UFPA e o grupo de estudos da professora Sandra Laurine sobre letramento racial;
  - Organizar um Congresso Internacional sobre Educação Indígena e Quilombola, promovido pelo NUPER, para debater a temática no estado do Pará;
  - Realizar um encontro sobre a construção de afroteras no Brasil, com base no projeto Kiriku, do NIERAC;
- 
- Promover um encontro de pajés para discutir políticas públicas relacionadas ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no estado do Pará.

### **Núcleo de Proteção à Mulher**

O ano de 2025, será muito importante para o Estado do Pará em decorrência da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que será realizada em Belém do Pará e, todos os eventos do Núcleo Mulher trarão essa temática para os eventos que serão realizados no decorrer de 2025, de acordo com programações que serão construídas ao longo do período pelo Núcleo Mulher em parceria com: CEAF; CAO DH; Promotorias de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e parceiros da Rede de Proteção nos meses previstos a seguir, com a ressalva de que o presente planejamento não é imutável, fechado, podendo ser revisado, complementado e sofrer possíveis alterações.

Outrossim, cumpre destacar, que, pela importância, o Núcleo Mulher recebe diversos convites para participar de eventos em todo o Estado do Pará, convites esses que são incluídos na programação anual do núcleo Mulher.

### **3.7 - Área Técnica – Centro De Apoio Operacional Técnico (CAO/TEC)**

O Centro de Apoio Operacional Técnico – CAO TEC foi instituído pela Resolução n.º 004/2021-CPJ, de 05 de agosto de 2021, é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, e juntamente com os demais Centros de Apoio Operacional – CAOs, tem suas atribuições gerais e áreas de atuação, previstas na forma do art. 33 da Lei nº 8.625, de

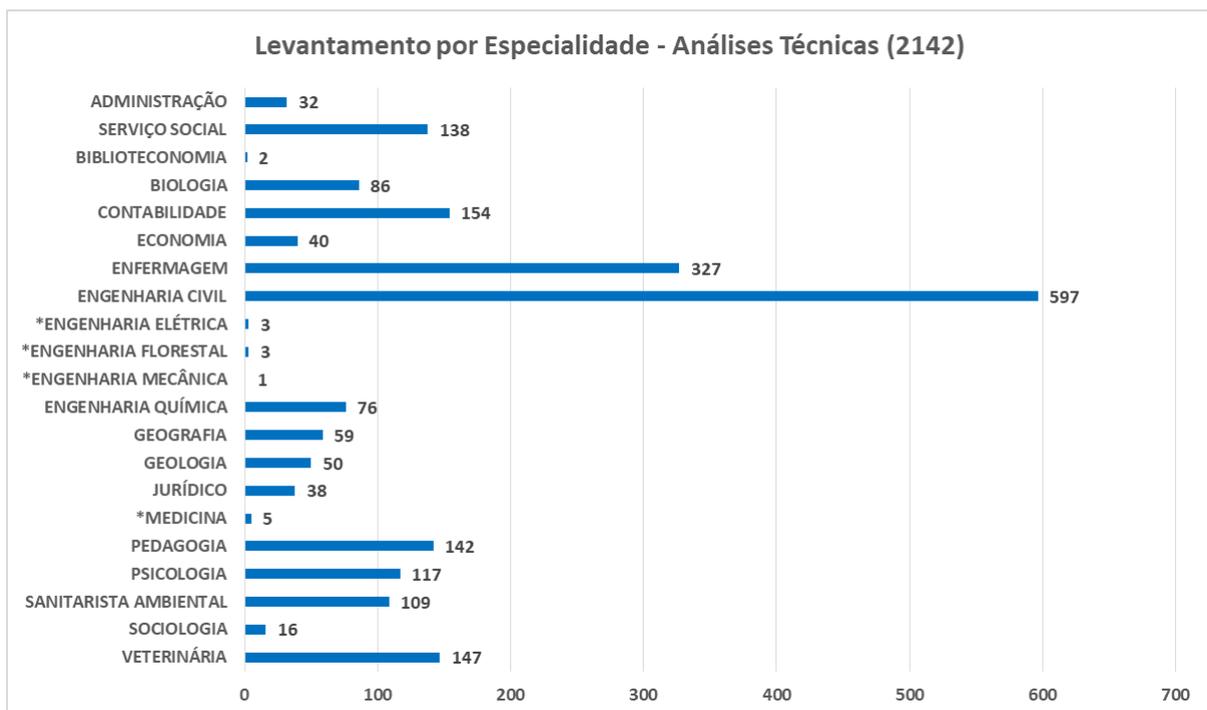
1993 e do art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 2006.

- No ano de 2024 o sistema ATEC 2.0 continuou sendo aprimorado com a inserção de novas modelagens e funcionalidades, contribuindo sobremaneira para o gerenciamento de demandas enviadas ao GATI.

- Ao longo do ano de 2024 foram produzidas 2.142 (duas mil, cento e quarenta e duas) análises técnicas e 381 (trezentos e oitenta e uma) participações em eventos.

- Foi realizado um comparativo de produtividade do GATI, em que foi verificada a manutenção de sua produtividade com números expressivos.

- Ao longo do ano de 2024, e de acordo com as informações apresentadas pelos técnicos lotados nos Núcleos dos GATIs regionais, foram elaborados os gráficos descritivos com o quantitativo da produtividade, em que foi observada a produtividade de 1.069 (mil e sessenta e nove) análises técnicas e 488 (quatrocentos e oitenta e oito) relatórios de participações em eventos.



Levantamento por Especialidade

### 3.8 – NUPEIA - Núcleo Permanente de Incentivo à Auto composição

O Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA, tem como objetivo implementar e adotar mecanismos de autocomposição, como negociação, mediação, conciliação, processos restaurativos e convenções processuais

no âmbito estadual. Este núcleo é regulamentado pela Resolução nº 003/2018-CPJ, de 01 de março de 2018 e pela Resolução nº 004/2021-CPJ, de 05 de agosto de 2021.

A criação do Núcleo está alinhada com uma política institucional incentivada pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), conforme previsto na Resolução nº 118/2014. Além disso, responde a uma demanda da sociedade por um sistema de justiça mais ágil e dialogal, incentivando a convivência pacífica e uma cultura de paz. Também contribui para uma atuação resolutiva dos membros do MPPA e para uma cultura institucional voltada à entrega de resultados socialmente relevantes, conforme Recomendação CNMP nº 54/2017.

O Núcleo de Práticas Extrajudiciais e Autocompositivas (Nupeia) do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) realizou diversas ações estratégicas para fomentar a aplicação das práticas restaurativas e fortalecer a autocomposição. Dentre essas iniciativas, destaca-se a elaboração do "Guia de Fomento à Aplicação das Práticas Restaurativas no Âmbito do MPPA", o acompanhamento técnico de demandas encaminhadas por Procuradorias de Justiça para tratamento de conflitos e a realização da IV Semana de Conciliação Ambiental em parceria com a 5ª PJ de Marituba. Além disso, o Núcleo viabilizou a publicação de dois artigos sobre experiências autocompositivas em renomadas coletâneas jurídicas, bem como a criação e lançamento do Observatório da Autocomposição do MPPA, ferramenta que permite o mapeamento e análise das ações autocompositivas desenvolvidas pelos membros da instituição.

As capacitações e ações formativas foram um dos pilares do trabalho do Nupeia em 2024. O Núcleo promoveu cursos como a "Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Diálogos", com participação de 40 concluintes de 13 Regiões Administrativas, e a "Ambientação para os novos Promotores de Justiça – Autocomposição". Também foram realizadas oficinas direcionadas à rede de atendimento da criança e do adolescente e mentorias em Justiça Restaurativa, ampliando o alcance do conhecimento e da prática autocompositiva. No campo da cooperação institucional, o MPPA celebrou um termo aditivo com a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e participou ativamente de mutirões de conciliação e semanas nacionais e estaduais de conciliação, fortalecendo a atuação extrajudicial do Ministério Público em parceria com outras instituições.

A estruturação interna do Nupeia também avançou significativamente, com a ampliação da equipe, formação continuada dos membros, estruturação física e aquisição de equipamentos. Houve ainda um esforço contínuo de comunicação e divulgação, incluindo a atualização do subsite do Nupeia, publicação de 11 matérias no site do MPPA, produção de material gráfico e distribuição de calendários temáticos para parceiros institucionais. Além disso, foram solucionadas 36 demandas administrativo-financeiras encaminhadas por outros setores do MPPA. Esses avanços foram impulsionados tanto por fatores internos, como o

fortalecimento da equipe técnica e maior participação dos integrantes do MPPA nas formações, quanto por fatores externos, como o crescente interesse de outras instituições na autocomposição como mecanismo de resolução de conflitos.



Curso de Formação em Justiça Restaurativa e Círculos de Construção de Diálogos



Oficina de Instrumentalização em Justiça Restaurativa com a Rede de Atenção à criança e ao adolescente de Ananindeua

## **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

Planejamento: atendimento às solicitações de análise técnica direcionadas ao GATI de forma breve e eficiente, conferindo segurança na prestação dos serviços aos órgãos de execução; aprimoramento contínuo do fluxo de atendimento às demandas, por meio do sistema ATEC; aparelhamento do GATI, de acordo com as necessidades do MPPA; estudo para a criação e instalação de novos núcleos regionais do GATI.

Necessidade: ampliação do quadro técnico, bem como do espaço físico necessário para acomodar os profissionais que compõem o GATI; disponibilidade de um veículo tracionado para o atendimento às inúmeras e peculiares demandas direcionadas ao quadro GATI, cujos servidores precisam constantemente de transporte, sobretudo em áreas com características rurais e de difícil acesso.

## **QUANTO AO NUPEIA**

Iniciativa 01: Incentivo à Qualificação de Metodologias Autocompositivas no âmbito do MPPA:

- Curso de Formação em Técnicas de Negociação no âmbito do Ministério Público,
- Curso de Formação em Resolutividade;
- Oficina de Instrumentalização em Justiça Restaurativa (JR): Construção de diálogos com a rede de atendimento da criança e do adolescente nos municípios demandantes.

Iniciativa 02: Estímulo ao uso das Metodologias Autocompositivas buscando a Padronização destas Práticas

- Acompanhamento técnico de iniciativas no âmbito do MPPA com uso de metodologias autocompositivas: acompanhamento de 06 (seis) novas demandas;
- Acompanhamento técnico de iniciativas no âmbito do MPPA com uso de metodologias autocompositivas, na construção de protocolos de experiências vividas, como os Mutirões de ANPP e Semanas de Conciliação Ambiental.

Iniciativa 03: Promover ações de estímulo e incentivo à cidadania participativa e à Cultura da Paz, estimulando a cooperação interinstitucional

- Realizar ação no Marajó, cujo foco seja o incentivo à participação e controle social no que se refere ao orçamento público, sejam programas, políticas públicas e ações estratégicas governamentais previstas para a região, por meio de ações educativas, com uso de metodologias autocompositivas e em diálogo com as organizações e redes da sociedade civil;
- Ampliar parcerias institucionais por meio da celebração de Termos de Cooperação estratégicos ao trabalho do Nupeia e elaborar Planos de Trabalho com ações prioritárias nas parcerias já efetivadas com o Poder Judiciário e com a Universidade do Estado do Pará, visando a realização de ações com foco no debate da Cultura de Paz.

Iniciativa 04: Fortalecimento da Autocomposição no MPPA com a criação e aprimoramento de núcleos/câmaras/subnúcleos interdisciplinares de autocomposição com foco em Justiça Restaurativa

- Dar continuidade à implementação do Projeto Subnúcleo Interdisciplinar de Justiça Restaurativa, cujo objetivo principal é desenvolver as práticas restaurativas como método alternativo de resolução de conflitos, apoiando as Promotorias de Justiça na resolução de

demandas, judicializadas ou não, de interesse do Ministério Público; demonstrando a eficácia das práticas restaurativas no tratamento de situações de disputas, conflitos e violências, além de incentivar iniciativas de experimentação do uso da justiça restaurativa no âmbito do MPPA;

- Estabelecer fluxo para o exercício da supervisão das Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários do MPPA (1ª e 2ª CTCAFs).

Iniciativa 05: Fortalecimento Institucional e Organizacional do Nupeia

- Fomentar melhorias na estrutura física do Núcleo, enfatizando a necessidade de disponibilização de espaços próprios para a realização de metodologias autocompositivas;

- Dar continuidade à formação continuada da equipe interna ao NUPEIA como estratégia para responder de forma eficiente e eficaz às demandas internas do órgão ministerial;

- Efetivar ações de comunicação que disseminem a cultura da paz e o papel do NUPEIA como órgão que tem por finalidade implementar, adotar e incentivar métodos autocompositivos para solução de conflitos no âmbito do MPPA.

Projeto 01: Observatório da Autocomposição do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)

- Dar visibilidade às ações de autocomposição realizadas no âmbito do MPPA por meio do Observatório.

- As principais ações: (i) mapeamento das ações autocompositivas realizadas pelos integrantes do MPPA durante 2024 e 2025; (ii) análise técnica das ações identificadas; (iii) consolidação em base de dados do Observatório das ações autocompositivas a serem incluídas; (iv) alimentação contínua do Observatório.

### **3.9 – CORREGEDORIA-GERAL**

As ações da Corregedoria Geral do Ministério Público - CGMP realizadas no exercício de 2024 se desenvolveram de acordo com suas atribuições e demandas, direcionadas ao cumprimento do PEI do MPPA e dos objetivos elencados no Plano Diretor, biênio 2024/2027 deste órgão correcional.

Foram realizadas 97 correições presenciais, sendo 13 extraordinárias e 84 ordinárias. Por ocasião das correições foram realizadas visitas aos conselhos e entidades sociais representativas, como forma de avaliar o trabalho desenvolvido pelo MP local.

Dentre suas atividades em 2024, destaca-se a atualização do Manual de Atuação Funcional, com novos procedimentos e terminologias de acordo com a legislação vigente,

sendo guia de atuação, principalmente aos Promotores(as) de Justiça nomeados recentemente.

Merece evidência também Fiscalização e avaliação dos serviços prestados pelos membros da Instituição em 201 (duzentas e uma) Promotorias de Justiça, visando a prestação de serviços de qualidade e de forma mais ágil.

A CGMP além das atividades normais atuou no Projeto “Insights de Resolutividade no MPPA”, tendo como objetivo disseminar dentro da instituição a cultura de práticas resolutivas, visando o aprimoramento da atuação jurisdicional e extra jurisdicional do MPPA, colimando no bem estar da sociedade.

A Corregedoria-Geral do MPPA participou de importantes eventos externos, dentre eles o da Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), onde foi receptor do Certificado de Reconhecimento pelos relevantes trabalhos de avaliação e valoração, fundamentais para a construção de um MP resolutivo e sociotransformador, certificados esses que são concedidos às unidades do MP brasileiro que tiveram trabalhos na área da resolutividade.

### **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

O Planejamento desta CGMP, para 2025 contempla ações de fiscalização/correição de 170 Cargos de Procuradorias e Promotorias de Justiça, conforme calendário correcional publicado, a atualização do Código de Ética dos Membros do MPPA, a implantação da Sala Virtual e a implementação da nova estrutura organizacional desta, conforme o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do MPPA.

De forma geral as diretrizes dos objetivos e ações, que constam em nosso planejamento para 2025, estão voltadas para aproximação maior do Promotor(a) de Justiça com a sociedade, buscando o desenvolvimento da cultura de gestão por resultados.

### **3.10 - Grupo De Atuação Especializada No Combate Ao Crime Organizado – GAECO**

O Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado é, nos termos do art. 1º da Resolução nº 003/2021-CPJ, uma modalidade de atuação coletiva especializada que integra a estrutura administrativa e permanente da Procuradoria Geral de Justiça, e tem como missão identificar, prevenir e reprimir as atividades das organizações criminosas no Estado do Pará e os correlatos sistemas de corrupção de agentes públicos e de lavagem de bens, direitos ou valores provenientes de infração penal, notadamente por meio de ações de

inteligência, investigações, ações judiciais, cooperação jurídica interna e internacional e a recuperação de ativos.

Além da atuação perante a Vara de Combate ao Crime Organizado do TJPA em processos que decorrem de investigações policiais e ministeriais contra a atuação de facções criminosas no Estado do Pará, o MPPA, por meio de seu Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO/MPPA), realizou 16 (dezesesseis) operações ao longo do ano de 2024, em municípios diversos do Estado do Pará, visando o cumprimento de aproximadamente 150 (cento e cinquenta) mandados judiciais de busca e apreensão deferidos pela Justiça.

Foram, ainda, prestados 20 (vinte) auxílios a órgãos de execução do MPPA, nos termos da Resolução nº 003/2021-CPJ, em investigações sobre crimes complexos praticados por sistemas de corrupção de agentes públicos, além de 18 (dezoito) apoios para GAECOs de outras unidades do Ministério Público brasileiro (cumprimento de decisões judiciais, realização de notificações, levantamento de endereços, obtenção de documentos etc).

Operação Realizadas em 2024	
1	Proditor II
2	Infectus
3	Cartas Marcadas
4	Fachada II
5	Corônis
6	Apate
7	Locus II
8	Aqueronte
9	Apate II
10	Lobo Mau
11	Hórus
12	Impedimento
13	Hybris
14	Perspicuus
15	Sínergia
16	Renascidos

#### **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO DE 2025**

- - aquisição de bens e serviços programados no orçamento institucional para o ano de 2025;

- - aluguel de prédio mais adequado para funcionamento do GAECO, condizente com as necessidades físicas estruturais;
- - estruturação tecnológica e de pessoal do Núcleo de Apoio à Investigação (NAI/GAECO);
- - cursos ofertados pelo CEAF relacionados à temática das investigações contra o crime organizado;
- - visitas institucionais a outras unidades de GAECO do Brasil em busca de soluções de informática e de outras experiências exitosas úteis ao propósito de investigar organizações criminosas, bem como para aperfeiçoar o sistema de cadeia de custódia do MPPA.

### **3.11 – Grupo De Atuação Especial De Inteligência E Segurança Institucional**

O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional – GSI foi criado e regulamentado pela Resolução nº 012/2017-MPPA/CPJ, de 6 de novembro de 2017, e a atual administração do GSI iniciou em 12 de abril de 2021.

O GSI é composto por uma Coordenação, Subcoordenação, uma Secretaria Administrativa (GSI-SEC) e pelas Coordenadorias: Coordenadoria de Tecnologia e Laboratório contra a Lavagem de Dinheiro (GSI-CTLABLD); Coordenadoria de Inteligência, Contraineligência e Segurança Institucional (GSI-CICSI) e Coordenadoria de Sinais (GSI-CSINAIS); e um Núcleo de Tecnologia Forense Computacional (NTF), vinculado ao GSI-CICSI. O GSI possui atualmente 40 (quarenta) integrantes, sendo 16 (dezesesseis) servidores do MPPA, 22 (vinte e dois) militares e 2 (dois) estagiários.

Em 2024, o MPPA obteve números expressivos na área de inteligência, contraineligência e segurança institucional, com apoio à investigação e operações, demonstrando o comprometimento do MPPA com as atividades de sua competência.

A implementação de novas ferramentas ampliou a capacidade técnica do Ministério Público e isso se refletiu no aumento das demandas e nas parcerias com outras unidades de inteligência ministeriais e de outras instituições estaduais e nacionais, tornando-o referência na capacitação em diversas áreas de atuação.

O aumento das demandas exigirá, porém, investimentos adicionais em tecnologias forenses para atender às necessidades operacionais e tecnológicas crescentes.

Temos, no entanto, que avançar, fortalecer as parcerias, modernizar a estrutura material e tecnológica e ampliar os recursos humanos, reforçando a confiança da sociedade

na atuação do MPPA, com resultados consistentes principalmente no combate à improbidade administrativa e ao crime organizado, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas e a redução das desigualdades sociais.

O Ministério Público do Estado do Pará, como executor dessas atividades, reafirma seu compromisso com a justiça e a promoção da legalidade, demonstrando sua eficiência no uso de tecnologia e inteligência no enfrentamento de crimes que prejudicam toda a sociedade.

ATIVIDADES REALIZADAS	QTD
<b>COORDENADORIA DE TECNOLOGIA E LABORATÓRIO CONTRA LAVAGEM DE DINHEIRO (GSI-CTLABLD)</b>	
Número de relatórios de inteligência financeira	89
Número de relatórios do Sistema de investigação de movimentações Bancárias (SIMBA)	160
Número de autorização de chaves para o sistema SIMBA	123
Número de implantação/manutenção de Sistemas de Inteligência/Suporte	224
Número de soluções de software desenvolvidas	2
Emissão de parecer e certidões	4
Reuniões Técnicas e apresentações de trabalho	22
Participação em operações	14
<b>COORDENADORIA DE INTELIGÊNCIA, CONTRAINTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL - CICSI</b>	
Quantidade de atividades desenvolvidas na área de inteligência e apoio à investigação.	953
Quantidade de mandados judiciais de busca e apreensão e prisões.	134
Número de operações realizadas?	27
Quais foram as operações realizadas?	-
Quantos relatórios de Contrainteligência/Investigação Social?	432
Número de Varreduras de Contrainteligência efetuadas no MP	10
Número de análise de risco de áreas e instalações	14
Número de análise de risco pessoal	22
Número de visitas carcerárias	13
Número de aplicativos desenvolvidos no ano	1
<b>COORDENADORIA DE SINAIS - CSINAIS</b>	
Número de atividades de Afastamento de Sigilo Telefônico e Análise de Dados Telefônicos	1
Número de atividades de Afastamento de Sigilo Telefônico e Análise de Dados Telemáticos	2
Número de Relatórios Técnicos de Análise De Dados Forense	52
Número de Relatórios Técnicos de Pesquisa	2
Número de Relatórios Técnicos de Degravação	1
<b>NÚCLEO DE TECNOLOGIA FORENSE COMPUTACIONAL - NTF</b>	

Número de dados extraídos de dispositivos apreendidos pelo MP	134
Número de certidões emitidas	33
Notas Técnicas	3
Análise Cibernética	1
Relatório de Inteligência	10
Investigação Cibernética	3

### **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

O planejamento para 2025 do Ministério Público do Estado do Pará deve concentrar-se no aprimoramento e expansão das áreas de computação forense e inteligência cibernética, acompanhando o crescimento observado nos MPs estaduais em todo o país.

As principais prioridades estão ligadas às mudanças tecnológicas na área, pois com o aumento das demandas necessitaremos assegurar a qualidade e eficiência nas áreas de atuação e para isso precisaremos:

- Aumentar da capacidade técnica e operacional.
- Aprimoramento e modernizar a infraestrutura tecnológica.
- Fomentar e fortalecer as parcerias institucionais.
- Capacitação e treinamento constante da equipe técnica.
- Manutenção, avaliação e análise de dados de riscos.
- Aquisição das ferramentas de inteligência e investigação.

## Capítulo 4: Relacionamento Com A Sociedade

### OUVIDORIA-GERAL

O Ministério Público do Estado do Pará lançou, em outubro de 2024, o novo Portal do Cidadão, desenvolvido com tecnologia de ponta, oferecendo melhorias significativas em segurança, usabilidade e acessibilidade, e garantindo maior aproximação do MPPA com a sociedade, com um serviço de encaminhamento de manifestações simplificado e com possibilidades do cidadão realizar o acompanhamento de sua demanda. O novo Portal é acompanhado e administrado pela Ouvidoria-Geral do MPPA. Link de acesso ao portal: <https://portaldocidadao-saj.mppa.mp.br/ouvidoria/cadastro>.

Em 2024 os servidores da Ouvidoria-Geral participaram de diversos cursos sobre variados temas, como Proteção de Dados Pessoais, Tecnologia da Informação Direito Eleitoral, Resolução de Conflitos nas Ouvidorias, Tratamento de Denúncias, Ética no Serviço Público, Gestão em Ouvidoria do Ministério Público, Rede de Proteção às Mulheres, dentre outros, em preparação para as diversas atividades desse órgão ministerial.

O workshop “A Ouvidoria e a atuação das Promotorias de Justiça”, foi mais uma iniciativa do Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Ouvidoria-Geral, com o objetivo de iniciar uma campanha de divulgação dos trabalhos da Ouvidoria-Geral do MPPA a todos os integrantes (membros, servidores e estagiários) da Instituição, bem como, à sociedade em geral. O Workshop foi realizado na forma de painéis, como Uma aliança estratégica: a ouvidoria e as promotorias de Justiça, A Ouvidoria na Transformação Social, protocolo de acolhimento às vítimas de violência nas ouvidorias e Assédio moral, assédio sexual e a atuação das ouvidorias.

Durante o exercício em análise foi realizada a Ação Integrada do MPPA (Ouvidoria-Geral, Núcleo Mulher e CAOIJ) para o fortalecimento das Redes de Proteção às Mulheres e Infância e Adolescentes no município de Breves, por meio de capacitação de membros, servidores e integrantes da rede de proteção à mulher, da criança e adolescente daquele Município, além da implementação do grupo reflexivo de homens autores de violência doméstica, como política institucional permanente na Região Marajó II, como ação efetiva de iniciativa do Ministério Público na proteção à mulher e à infância e à adolescência.

O MPPA, pelo segundo ano consecutivo, foi agraciado com o selo "Diamante" pelo Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), em virtude de seu notável desempenho na disponibilização de informações à sociedade. A conquista é resultado de um índice de transparência de 98,25% representando um aumento em comparação à avaliação realizada

no ano de 2023, quando atingiu 96,52%. A entrega oficial do selo ocorreu em dezembro de 2024 na sede do Tribunal de Contas do Estado. O Programa Nacional de Transparência Pública é realizado desde 2022 (primeiro ciclo) pela ATRICON (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas) em conjunto com Tribunal de Contas do Estado do Pará, com o objetivo de examinar o nível de transparência ativa nos sites institucionais do Poder Público, nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios); nos Poderes Executivos, Legislativos e Judiciários; nos Ministérios Públicos; nos Tribunais de Contas e nas Defensorias Públicas.

## **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

Para 2025, o Ministério Público do Estado do Pará planejou o início do Projeto Ouvidoria Itinerante que tem por objetivo promover a cidadania em consonância com a principal missão da Instituição, que é a defesa da sociedade, fortalecendo a atuação e a credibilidade institucional, na medida em que os cidadãos passam a conhecer o Ministério Público do Estado do Pará.

Será um projeto de caráter permanente, no qual há a divulgação da Instituição, suas funções e formas de acesso. Objetiva ser uma forma de aproximação direta do Ministério Público com a sociedade. O MPPA poderá ir aos Municípios, às Promotorias, às escolas, às ruas, às praças, aos bairros, encontrar as pessoas, onde os interesses relacionados às Promotorias se colocam com as riquezas e as peculiaridades de cada lugar, transformando as ações do Ministério Público em medidas voltadas para a consecução dos interesses sociais.

O projeto está programado para ocorrer com 2 ações no primeiro semestre e 2 ações no segundo semestre de 2025. Além do atendimento da Ouvidoria, a população poderá ter a oportunidade de participar de apresentações culturais, como música e teatro, abrangendo preferencialmente, temas de orientação das atividades ministeriais em favor da sociedade, criando um ambiente mais acolhedor e dinâmico, ao mesmo tempo que sensibiliza de forma lúdica, sobre a importância dos serviços prestados pelo Ministério Público.

Poderá também ocorrer palestras informativas sobre temas diversos, abrangendo áreas fundamentais de atuação do MPPA, como direitos à saúde, educação, famílias, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, consumidor, meio ambiente, entre outros. Essas ações são pensadas para promover um atendimento mais humanizado e acessível, com a presença direta do Ministério Público na rotina da população.

Além disso, a ação poderá mobilizar diversos parceiros, como instituições públicas e privadas, para que ofereçam uma variedade de serviços essenciais, como a emissão de documentos, certidões, atendimentos sobre previdência, orientações jurídicas, entre outros,

proporcionando à população um verdadeiro atendimento integrado e multidisciplinar, diretamente onde mais precisam.

Ainda para 2025, o MPPA está planejando trazer para Belém do Pará a 75ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público da União e dos Estados, prevista para ocorrer em Maio/2025, com a participação de 30 (trinta) Ouvidores-Gerais do MP Brasileiro. O evento objetiva acolher na capital paraense o encontro dos ouvidores a fim de apresentar as peculiaridades da região, bem como, expor temas relacionadas às nossas riquezas e fragilidades regionais.

#### **4.1 Canais de Comunicação**

Principais realizações da Comunicação em 2024

##### **COMUNICAÇÃO VISUAL**

Serviços de produção gráfica e instalação de materiais de Comunicação visual para campanhas, eventos institucionais e sinalização interna e externa de imóveis do MPPA.

Elaboração de Manual próprio de Gerenciamento de Crises

##### **MÍDIAS DIGITAIS**

Desenvolvimento de iniciativas que expliquem, de forma didática, dentro ou fora do MP, os resultados de sua atuação, as atividades desempenhadas pelo MP, as responsabilidades e a utilização de seus canais de acesso e de apresentação de denúncias e representações:

##### **Canal Oficial de Youtube**

Campanha Educação Inclusiva

Momento do Corregedor

MPPA em foco

Sessões do Colégio dos Procuradores de Justiça

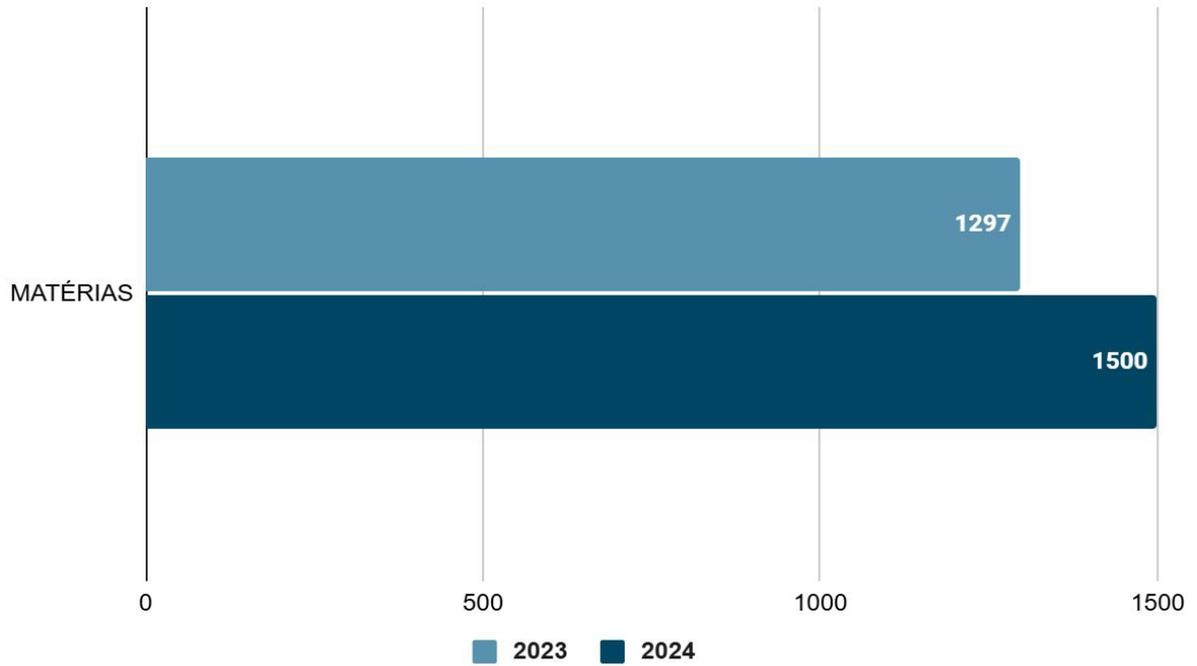
Sessões do Conselho Superior dos Procuradores de Justiça

##### **Vídeos Institucionais**

- Produção de 60 vídeos para material audiovisual institucional

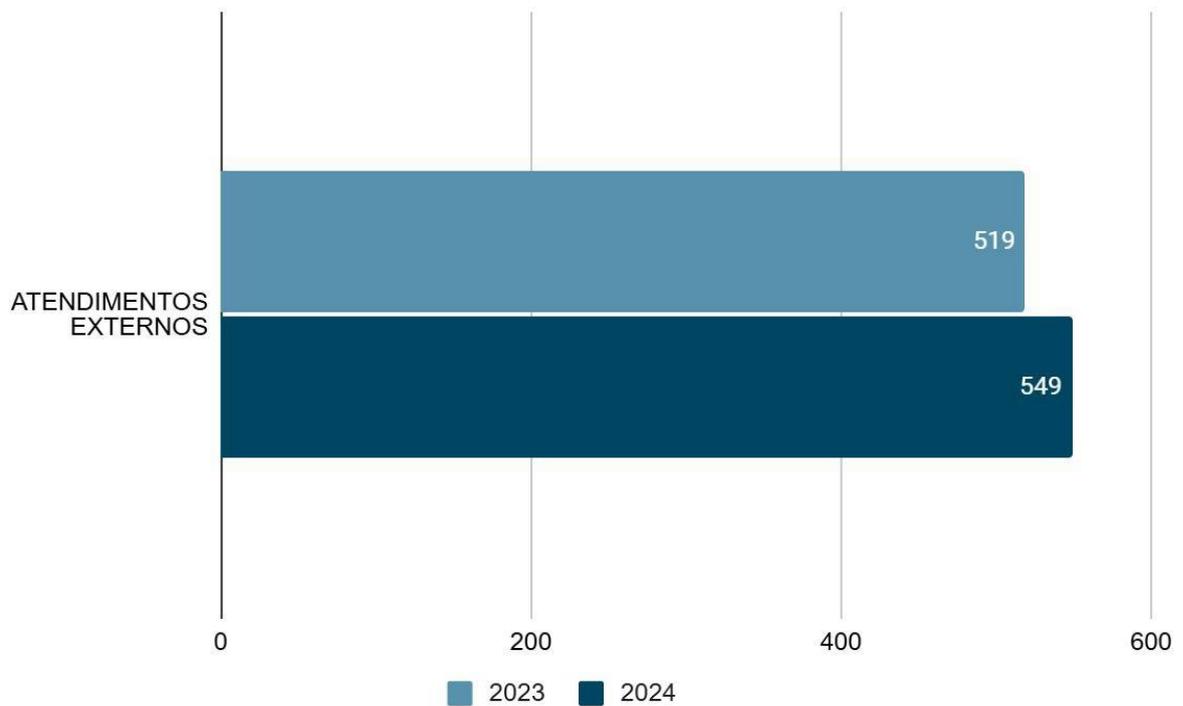
### **Site Institucional**

Em 2024, com 1.500 matérias publicadas, o MPPA mantém seu papel de informar com transparência e imparcialidade os assuntos mais variados e de utilidade pública.



#### Atendimentos externos

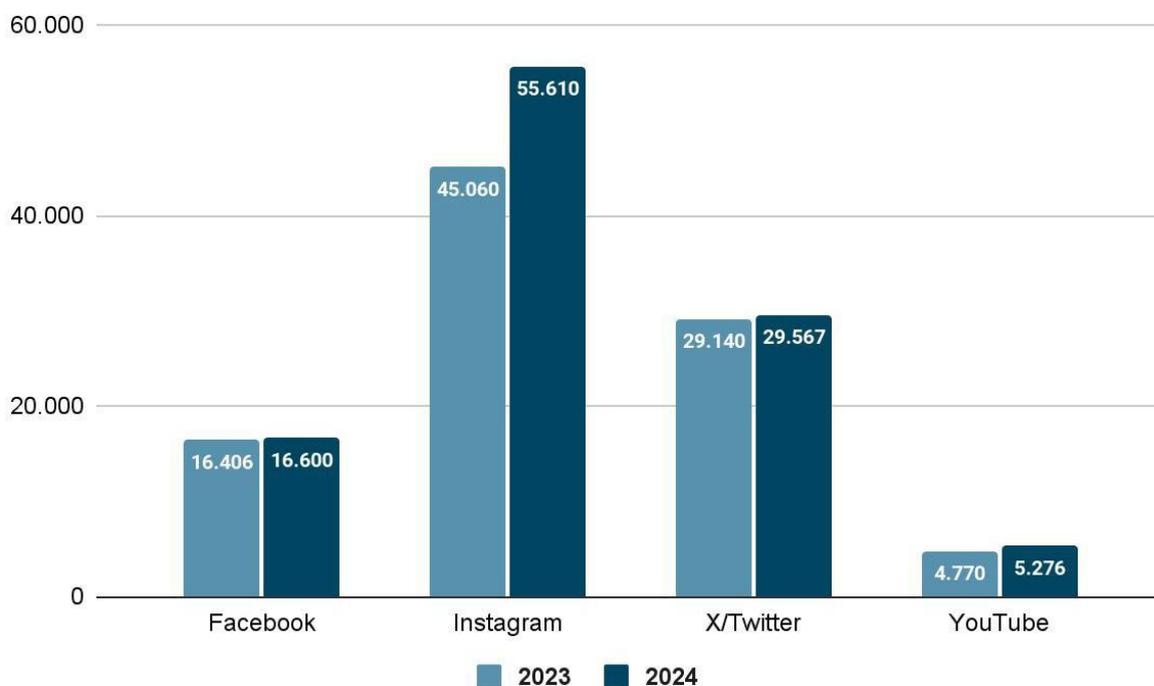
Os atendimentos externos foram intensificados e houve um crescimento de 5,7% em relação ao ano anterior.



### Redes Sociais

Com visível desempenho positivo em relação a 2023, as redes sociais do MPPA desempenharam um papel importante no ano de 2024.

Entre publicações, posts, acompanhamento e interação nas redes sociais oficiais do MPPA, como Facebook, Instagram, *Twitter/X* e *Youtube*, culminaram em aumento de 9,1% do público em geral, além de *reposts*, menções e todo tipo de engajamento de cunho informativo, comemorativo e de assuntos da atualidade.



### PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025

Continuação da otimização das redes sociais da instituição; com as aquisições de equipamentos (câmera, *ring lights*, tripé e outros). Previsto também a contratação de um profissional de fotografia para coberturas de evento gerais, e contratação de serviços profissionais de publicidade para planejamento e criação de conteúdo, além de profissional de social media para fomento das redes sociais do MPPA.

Promoção de cursos e palestras de capacitação, ofertados pelo MPPA para atualização e aprimoramento da comunicação institucional.

## Capítulo 5: Gestão Administrativa

### 5.1 Gestão e Valorização de Pessoas

Em 2024, o Ministério Público do Estado do Pará, na gestão do quadro de pessoal, dispôs, até dezembro, com a seguinte composição da força de trabalho: o corpo de membros totalizava 374 (trezentos e setenta e quatro) profissionais, sendo 31 (trinta e um) Procuradores de Justiça, e 343 (trezentos e quarenta e três) Promotores de Justiça. O quadro de servidores contava com 1.922 (mil novecentos e vinte e dois), sendo que 1.125 (Um mil centoe vinte e cinco) refere-se a servidores concursados do MPPA, 111 (cento e onze) a servidores efetivos cedidos do Estado, 403 (quatrocentos e três) servidores sem vínculo, e 283 (duzentos e oitenta e três) militares provenientes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. O quadro de estagiários contava com 1.072 (mil e setenta e dois) estudantes, sendo 378 (trezentos e setenta e oito) de nível médio e 694 (seiscentos e noventa e quatro) de nível superior. Assim sendo, totalizava 3.368 (três mil, trezentos e sessenta e oito) pessoas.

No decorrer do exercício de 2024, ingressaram 65 (sessenta e cinco) novos Promotores de Justiça, mas houve 10 (dez) desligamentos por exoneração. Em relação aos militares, foram admitidos 44 (quarenta e quatro), enquanto outros 10 (dez) deixaram seus cargos. No que se refere aos servidores efetivos, foram nomeados 87 (oitenta e sete) profissionais de nível médio e superior para cargos de provimento efetivo, oriundos do concurso realizado em 2022 e foram exonerados 17 (dezessete). Ocorreram 13 (treze) desligamentos de servidores cedidos efetivos ao longo do ano. Servidores sem vínculo foram nomeados 146 (cento e quarenta e seis) e exonerados 91 (noventa e um). Ainda em 2024, devido ao processo de expansão do Ministério Público na área de pessoal, foi possível realizar a remoção de 50 servidores, garantindo maior mobilidade e permitindo a redistribuição de lotações conforme a necessidade.

Para o ano de 2024 o MPPA alguns projetos merecem destaque:

Nos termos da portaria nº 2.488/2024-MP/PGJ foi alterada a forma de apuração do acervo processual e procedimental dos membros do Ministério Público instituído conforme resolução nº 007/2022-CPJ. Com o advento da portaria a quantidade de dias de acervo passou a ser computado a razão de 3 dias de trabalho para um dia de folga de acervo.

Através das portarias nº 3.146 e 3.147/2024-MP/PGJ foram estabelecidos novos valores de auxílio saúde para membros e servidores com base nas alterações introduzidas pela lei 10.536/2024, reforçando o suporte da contraprestação financeira para custeio parcial ou total de plano de saúde privado e plano de assistência à saúde.

Em maio, foi publicada a lei 10.536/2024 que alterou as regras de concessão do auxílio saúde. Foi possibilitado a instituição de novos limites máximos para o pagamento do valor. Para membros o limite máximo ficou em até 15% do subsídio e para servidor até 15% do subsídio do promotor de justiça de 1º entrância e promotor de justiça substituto.

Através da portaria nº 4802/2024 – MP/PGJ alterou a forma de apuração do efetivo exercício para fins de acumulação de acervo processual e procedimental, previsto na portaria nº 5.836/2022 – MP/PGJ. Com a referida alteração os períodos de licença maternidade, paternidade e adoção, não serão deduzidos do computo do acervo processual permitindo que o tempo de licença seja considerado de efetivo exercício para efeitos de apuração do tempo que o membro acumulou acervo.

Conforme portaria 5.220/2024-MP/PGJ foi regulamentada a gratificação de titulação prevista aos servidores efetivos. A gratificação de titulação foi criada nos ternos do artigo 50, da lei nº 10.447/2024, foi sancionada em abril de 2024 a Lei 10.447/2024 que atualiza o plano de cargos e carreiras de remuneração dos servidores do MPPA, bem como as estruturas organizacionais. Com o PCCR foram incorporadas novas tabelas salariais, criados novos cargos, novas unidades, em virtude da envergadura do projeto de lei, o mesmo possui comissão de implantação voltada para o fim específico.

Nos termos da portaria 4.137/2024-MP/PGJ foi criada a medalha comemorativa do dia do ministério público do Estado do Pará.

Através da portaria nº 7015/2024 – MP/PGJ prorrogou a validade do VI concurso para provimento de cargos efetivos de servidor, o certame vigorará até o mês de janeiro de 2027. Essa prorrogação possibilitará que nos anos vindouros o MPPA continue expandindo sua capacidade laboral com a admissão de servidores oriundos do concurso público.

Ainda relacionado aos aspectos de valorização do servidor, anualmente o MPPA estabelece no contracheque mensal frases de cunho profissional e pessoal, visando promover a automotivação de membros, servidores e estagiários. No dia do aniversário de cada servidor, é encaminhado ao servidor mensagem institucional visando congratular o aniversariante. Ainda como forma de reconhecer e reforçar a política de valorização dos integrantes do MPPA, foi realizado no âmbito do MPPA no dia 08/03/2024 o evento alusivo ao dia internacional da mulher com uma “roda de conversa sobre os desafios da mulher” que atingiu um público alvo de 112 pessoas, sendo que 50 em modo presencial e 62 em modo online. Foi realizado evento visando aprimorar o papel da liderança e a cultura da saúde mental no trabalho, com uma palestra voltada para gestores e líderes intitulado: “O papel da liderança na promoção da cultura de saúde mental positiva no local de trabalho” tendo participado 72 pessoas de forma presencial e 48 de forma online. O MPPA participou da 11ª edição da

campanha do Papai Noel dos correios que envolveu a arrecadação de 403 presentes e cartas recolhidas por todo o MPPA para as crianças. O MPPA ainda participou da campanha de doação de sangue intitulado “Servidores Doadores”, para isso, o MPPA, contou com a participação de servidores na campanha “Gincana Hemopa”, visando reforçar a doação de sangue.

## **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

O MPPA tem como prioridade para 2025 dar continuidade a contratação de servidores efetivos, comissionados e membros. Pretende dar início ao programa de estágio de pós-graduação. Possibilitar a progressão funcional de servidores.

No campo da Valorização de pessoas, o MPPA pretende garantir e expandir os programas de Qualidade de Vida no Trabalho que envolve diversas ações.

Ainda pretende iniciar os estudos para a identificação do programa de gestão por competências.

### **5.2 Capacitação e Treinamento**

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) é uma unidade organizacional auxiliar do Ministério Público do Estado do Pará, vinculada à Procuradoria-Geral de Justiça. Conforme estabelecido pela Resolução nº 002/2011-CPJ, de 7 de abril de 2011, sua missão é promover cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas e publicações, visando ao aprimoramento cultural, funcional e profissional dos membros e servidores do Ministério Público. Além disso, busca otimizar a execução dos serviços, bem como a gestão e operacionalidade dos recursos materiais, tecnológicos, humanos e financeiros da instituição.

No ano de 2024, o CEAF promoveu diversas capacitações e treinamentos, destacando-se:

**Curso de Especialização em Direitos Humanos:** Realizado em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (UFPA), o curso contou com a participação de membros e servidores efetivos do Ministério Público do Pará (MPPA). Ao todo, 42 participantes concluíram a especialização, cuja solenidade de conclusão ocorreu no dia 4 de outubro de 2024, no Auditório Nathanael Farias Leitão.

**Mestrado em Segurança Pública:** Em colaboração com a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA, este mestrado abordou a linha

de pesquisa “Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação”. Durante o ano, foram realizados três seminários de pesquisa e a apresentação dos trabalhos de conclusão. A colação de grau dos 39 concluintes, entre membros e servidores, ocorreu no dia 6 de dezembro de 2024.

Curso de Aperfeiçoamento em “Métodos Consensuais de Gestão de Conflitos e a Concretização dos Direitos Socioambientais”: Promovido em parceria com o Instituto de Ciências Jurídicas da UFPA (ICJ/UFPA) e o Ministério Público Federal (MPF), este curso foi resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2006 pela Promotoria de Justiça de Barcarena. Destinado a membros e servidores efetivos do MPPA e MPF, membros do Poder Judiciário do Pará, bem como profissionais vinculados a órgãos da Administração Pública e entidades da sociedade civil atuantes na defesa do meio ambiente no Estado do Pará, o curso foi concluído por 31 participantes. A solenidade de conclusão da primeira turma ocorreu no dia 28 de agosto de 2024, no Auditório José Vicente da UFPA, enquanto a segunda turma teve sua cerimônia realizada no dia 13 de agosto de 2024, no Auditório Hamilton Corrêa/ICJ.

### **Subvenções**

No ano de 2024 foram exaradas 566 (quinhentos e sessenta e seis) manifestações em pedidos de membros e servidores para participação em cursos, capacitações, eventos e similares. Ressalte-se que em todas o CEAF manteve-se fiel às suas funções, opinando acerca de questões técnicas, notadamente em relação às diretrizes e prioridades da Instituição quanto à formação e capacitação dos seus integrantes, fixadas no Plano Plurianual, observando a disponibilidade financeira e orçamentária para esta finalidade.

### **PLANEJAMENTO E NECESSIDADES – ANO BASE 2025**

É importante destacar que a Recomendação de Caráter Geral CN-CNMP nº2/2017, estabelece que é fundamental a interação produtiva das Escolas Institucionais e os Órgãos da Administração Superior. Em seu Art. 11 reforça que esta interação, sobretudo, deve estar alinhada ao planejamento estratégico institucional, com a finalidade de potencializar a efetividade social da atuação do MP, e é neste cenário que em setembro de 2021 foi aprovado o Projeto Intersectorial Expresso Direitos Humanos (Projeto Expresso DH), sob a coordenação do Diretor-Geral do CEAF e da Coordenação do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos (CAODH/MPPA).

Assim, considerando as atribuições e temáticas específicas do Núcleo de Questões Agrárias e Fundiárias (NAF), dadas pela Resolução nº004/2021/CPJ, de 5 de agosto de 2021, a qual também vinculou o NAF ao CAODH; a proximidade com a linha de pesquisa: Territórios, conflitos no campo e questões étnico-raciais às matérias do NAF, que o GEDHA auxiliou fornecendo o suporte técnico-científico, não apenas por meio dos relatórios técnicos elaborados em 2024, mas também na reformulação do Plano Estratégico de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará em Questões Agrárias e Fundiárias (PEAF 2025-2029) e na formulação do Plano Setorial do NAF.

Cabe destacar que o NAF, tendo em vista sua vinculação ao CAODH, integrou ao PEAF atividades para o cumprimento dos objetivos e metas do Projeto Expresso DH. Neste sentido, o NAF e o CEAF, por intermédio do GEDHA, passaram a desenvolver atividades em parceria, relacionados aos Acordos e Termos de Cooperação relacionados ao Projeto Expresso DH, como por exemplo: ACT MPPA/MPMA nº32023-GPGJ; ACT MPPA/MPAP nº022/2022, mediante termo aditivo assinado em 2024; ACT MPPA/PCPA nº024/2024. Os mencionados ACTs tem como um dos itens a adesão das instituições parceiras ao Projeto Expresso DH.

Diante disto, o Relatório de Gestão do NAF (Janeiro a dezembro de 2024) traz entre seus itens o Projeto Expresso DH, em destaque o Observatório de Direitos Humanos e as atividades em parceria com o CEAF. Sobre o Plano de Trabalho do GEDHA para 2025, cabe destacar que em reunião realizada entre a coordenação do NAF e o Diretor-Geral do CEAF, realizada em 21 de outubro de 2024, ficou estabelecido que o Plano de Trabalho do GEDHA em 2025 terá como principais temáticas as matérias de atribuição do NAF, para auxiliar no cumprimento do PEAF, em ações alinhadas aos objetivos do Projeto Expresso DH, bem como, ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI-MPPA).

## **Cursos**

As propostas de cursos abaixo têm como base os elementos reflexivos trazidos até aqui, bem como, buscam fortalecer a implementação, aprimoramento e o fortalecimento das diretrizes e princípios contidos em recomendações e resoluções do CNMP, UNCMP e demais normativas no âmbito do Ministério Público brasileiro relacionadas às atividades de atribuição específica das Escolas Institucionais.

- Produção do conhecimento, planejamento estratégico e gestão por resultados;
- Epistemologias e procedimentos de pesquisa interdisciplinar no âmbito do MP;

- Políticas Públicas, Povos e Comunidades Tradicionais e Direitos Humanos na Amazônia.

### **Eventos**

Realização do III Seminário Ministério Público e Direitos Humanos na Amazônia sob a coordenação do GEDHA/DPGE/CEAF-MPPA. Tendo como temática: Produção do conhecimento científico no âmbito do MP brasileiro e o papel estratégico das Escolas Institucionais.

### **Projetos de Pesquisa 2025**

- A produção do conhecimento acadêmico-científico no âmbito do MP;
- Desenvolvimento, Políticas Públicas e a Questão Socioambiental nos Territórios da Amazônia Paraense.

### **Publicações**

Para o ano de 2025, propõe-se a publicação de dois (02) e-books, sendo um sobre a experiência do GEDHA no âmbito do MPPA; e, outro a partir das produções dos integrantes do GEDHA. Este segundo poderia ser uma coletânea de textos relacionados aos projetos de dissertações e tese em andamento, desenvolvidos pelos integrantes do Grupo com seus respectivos orientadores.

## **5.3 Gestão De Tecnologia da Informação**

No ano de 2024, o Ministério Público do Estado do Pará atuou de forma estratégica no fortalecimento de soluções tecnológicas integradas e inovadoras, visando aprimorar a eficiência institucional, otimizar os fluxos de trabalho e garantir uma prestação de serviços mais célere e eficaz à sociedade. Dentre as principais iniciativas desenvolvidas ao longo desse período, destacam-se:

- Infraestrutura de conectividade, para possibilitar maior eficiência no uso de sistemas processuais eletrônicos, viabilizando a tramitação remota de documentos e ampliando a capacidade de atendimento ao público. Para isso, foram contratados novos links de internet via fibra óptica para atender 91 Promotorias de Justiça do interior;

- Solução de rede sem fio, para contribuir com a mobilidade dos usuários e a continuidade das atividades ministeriais, garantindo um acesso estável aos sistemas internos e plataformas de produtividade;
- Modernização tecnológica, com a aquisição de novos microcomputadores para assegurar a compatibilidade dos equipamentos com as tecnologias emergentes adotadas pelo MPPA;
- Expansão da telefonia VoIP, para integrar serviços, reduzir custos e proporcionar mais qualidade nas ligações, especialmente onde a telefonia convencional apresenta limitações;
- Soluções de videoconferência, com a instalação de novos equipamentos de alta performance nas unidades da capital e do interior, garantindo maior alcance e agilidade na comunicação institucional;
- Manutenção da plataforma de produtividade corporativa, com a criação de soluções personalizadas para o uso do Microsoft Office 365, assegurando a integração e a disponibilidade das informações;
- Desenvolvimento de software, com a criação de soluções personalizadas e automação dos processos internos.

As ações implementadas buscaram modernizar a infraestrutura tecnológica, promover maior segurança na comunicação de dados e expandir a conectividade das unidades ministeriais, reforçando o compromisso com a transformação digital e a inovação.

## **PLANEJAMENTO ANO 2025**

Dentre as principais necessidades e iniciativas planejadas para 2025, o Ministério Público do Estado do Pará prevê, em seu planejamento estratégico, um conjunto de ações voltadas para a modernização da infraestrutura tecnológica, o aprimoramento da segurança cibernética e a ampliação da conectividade institucional. Destacam-se:

- 1) Na Infraestrutura digital e modernização tecnológica:
  - Hospedagem do portal institucional em ambiente de computação em nuvem, permitindo o compartilhamento de notícias, atos normativos e serviços ao cidadão, garantindo alta disponibilidade, escalabilidade e segurança das informações institucionais;
  - Aquisição de software de engenharia para planejamento, orçamentação e gestão de obras públicas, assegurando transparência, controle financeiro e otimização de recursos;

- Contratação de serviço para consulta online de preços, com o objetivo de otimizar os processos de pesquisa de preços e cotações institucionais.
- 2) Expansão da conectividade e suporte à atividade ministerial:
  - Substituição e ampliação do parque de impressoras por equipamentos mais eficientes em todas as regiões do Estado;
  - Disponibilização de internet móvel com modems para usuários internos, possibilitando o deslocamento dos membros sem perda de conectividade;
  - Renovação da ferramenta de antivírus para reforçar a proteção cibernética contra ataques, vazamento de dados e indisponibilidades técnicas;
  - Aquisição de scanners para fortalecer a digitalização de documentos, otimizando ainda mais o fluxo documental e a gestão eletrônica dos processos.
- 3) Transparência, comunicação e eficiência institucional:
  - Maior divulgação das atividades institucionais por meio da gravação, armazenamento e transmissão de sessões e eventos do plenário, garantindo transparência e acessibilidade;
  - Investimento em ferramentas integradas ao SIAFE/PA para a geração automática de relatórios gerenciais, otimizando as análises orçamentárias e financeiras;
  - Aquisição de uma suíte de ferramentas para o desenvolvimento de software.
- 4) Segurança da informação e continuidade dos serviços críticos:
  - Renovação do serviço de internet para a sede e contratação de links redundantes para as promotorias do interior;
  - Aquisição de software de modelagem avançada para a elaboração de plantas detalhadas e modelagens tridimensionais de obras institucionais, voltado para engenheiros e arquitetos;
  - Implantação de novos firewalls em cluster para proteção da rede, prevenindo invasões, bloqueando acessos maliciosos e mitigando ataques cibernéticos.
- 5) Aprimoramento da infraestrutura física e digital:
  - Substituição de equipamentos gráficos no Serviço de Artes Gráficas;
  - Implementação de uma solução tecnológica para a proteção de aplicações web e interfaces de integração do MPPA;
  - Contratação de serviço de nuvem para a criação de um site de Disaster Recovery (DR), garantindo a continuidade dos serviços críticos.

A adoção dessas medidas permitirá que o MPPA esteja cada vez mais preparado para os desafios da transformação digital, assegurando inovação, eficiência e acessibilidade aos

serviços ministeriais, sempre em consonância com as demandas da sociedade e os princípios da administração pública.

#### 5.4 Gestão da Infraestrutura

Na busca de uma maior aproximação com a sociedade, o MPPA está presente em todas as regiões do Pará, utilizando-se dos instrumentos processuais e extraprocessuais, na defesa dos interesses sociais e indisponíveis, por meio de suas Promotorias de Justiça. Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios paraenses, o MPPA contou, no exercício financeiro de 2024, com a seguinte realidade de suas instalações físicas: **25** (vinte e cinco) **municípios não possuem Promotorias de Justiça instaladas.**

REGIÃO ADM/POLO	COMARCA
Sudeste I	Abel Figueiredo
Sudeste II	Água Azul do Norte
Sudeste II	Bannach
Baixo Amazonas	Belterra
Sudeste I	Bom Jesus do Tocantins
Sudeste I	Brejo Grande do Araguaia
Nordeste II	Cachoeira do Piriá
Sudeste II	Cumarú do Norte
Baixo Amazonas	Curuá
Sudeste II	Floresta do Araguaia
Baixo Amazonas	Mojuí dos Campos
Nordeste II	Nova Esperança do Piriá
Sudeste I	Nova Ipixuna
Sudeste I	Palestina do Pará
Sudeste II	Pau D'Arco
Sudeste I	Piçarra
Sudoeste I	Placas
Nordeste II	Quatipuru
Marajó I	Santa Cruz do Arari
Sudeste II	Santa Maria das Barreiras
Nordeste I	São João da Ponta
Sudeste II	Sapucaia
Nordeste I	Terra Alta
Nordeste II	Tracuateua
Sudoeste II	Trairão

**Existem Promotorias de Justiça instaladas em 119 municípios**, servindo-se de instalações físicas diversas:

Situação	Quantidade
Nº de Promotorias de Justiça em Salas de Fórum	53
Nº de Promotorias de Justiça em Prédios Locados	20
Nº de Promotorias de Justiça em Prédios Cedidos	3
Nº de Promotorias de Justiça em Sede Própria	43

### **CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS**

Os custos com construções, reformas e serviços de engenharia para conservação e manutenção de imóveis do Ministério Público Paraense, alcançaram em 2024 o valor de R\$ 15.812.001,66.

Este valor está segregado em R\$ 6.160.161,86 para as despesas com reformas, conservação e manutenção de bens imóveis, R\$ 9.651.839,80 em custos com obras e projetos de novas instalações.

Os recursos utilizados com reformas, em 2024, possibilitaram a reforma e manutenção em 22 imóveis e salas onde funcionam as Promotorias de Justiça, evidenciando o alinhamento com o desafio institucional, do objetivo do Planejamento Estratégico Institucional – PEI, de fomentar práticas de governança e gestão orientadas para resultados, por meio do fortalecimento das ações com reformas e manutenções prediais, visando garantir a funcionalidade adequada para as unidades institucionais, no desenvolvimento de suas atribuições.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) concluiu diversas obras e reformas em 2024, destacando-se a construção de novas sedes institucionais. Em Cametá, a nova sede foi inaugurada em julho, substituindo o espaço antes ocupado no Fórum municipal. O imóvel, construído pelo Contrato nº 063/2021, conta com gabinetes de Promotoria de Justiça, salas de apoio, recepção, brinquedoteca, sala multiuso e acessibilidade para pessoas com deficiência, totalizando um investimento de R\$ 2.322.357,73. Já em Canaã dos Carajás, a nova sede foi inaugurada em janeiro, trazendo melhorias como captação de energia solar e

armazenamento de águas pluviais para reuso. O prédio, construído pelo Contrato nº 060/2021, teve um custo de R\$ 3.231.468,33, financiado pelo Convênio nº 001/2020 com a Prefeitura local.

Além das novas construções, o MPPA realizou reformas importantes, incluindo a adequação da sala comercial que abriga o Escritório de Representação e Atuação Institucional em Brasília/DF. Inaugurado em abril de 2024, o espaço reformado agora dispõe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, recepção, salas de reunião e apoio administrativo, além de infraestrutura acessível. O projeto, executado pelo Contrato nº 132/2023, custou R\$ 1.040.405,46.

Outras reformas e serviços de manutenção foram realizados em diferentes municípios do estado. Em Conceição do Araguaia, Rio Maria e Santarém, imóveis do MPPA passaram por melhorias, totalizando investimentos de R\$ 1.645.316,51. Os serviços abrangeram desde a readequação estrutural até a manutenção de instalações essenciais para o funcionamento das unidades ministeriais.

Por fim, serviços de manutenção predial foram executados por meio das Atas de Registro de Preços nº 044/2022 e nº 005/2024, contemplando imóveis do MPPA em diversas cidades, como Belém, Benevides, Bragança e Marituba. Essas ações visam garantir a conservação e adequação dos prédios para melhor atendimento à população e ao trabalho dos membros e servidores da instituição.

#### **REFORMAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**

<b>Unidades</b>	<b>Local</b>	<b>Liquidado</b>
<b>Total Reformas</b>		<b>3.511.700,59</b>
Reforma da Promotoria de Justiça de conceição do Araguaia	Conceição do Araguaia	71.590,13
Reforma do imóvel Teatro Vitória no município de Santarém	Santarém	686.969,89
Reforma da Antiga Residência Oficial de Rio Maria	Rio Maria	26.732,62
Reforma e Adaptação da Residência Oficial, em sede de Salvaterra	Salvaterra	526.632,36
Reforma da Promotoria de Justiça de Icoaraci	Icoaraci	71.342,55
Execução de reforma no imóvel sede do MP/PA no município de Marabá	Marabá	880.620,59

Reforma e adaptação da sala do MP/PA em Brasília	Brasília	589.285,03
Reforma e Adequação do prédio sede da Promotoria de Justiça de Santarém	Santarém	506.109,45
Reforma do prédio sede da Promotoria de Justiça de Castanhal	Castanhal	54.439,41
Reforma e adaptação do prédio sede do MP/PA no município de Ourilândia do Norte	Ourilândia do Norte	54.760,73
Elaboração de Projetos Diversos	Belém	43.217,83
<b>Serviços Comuns de Engenharia – ARP 005/2024</b>		<b>2.438.656,19</b>
Serviços comuns de engenharia no gabinete da Subprocuradoria-Geral de Justiça, para área de gestão - planejamento estratégico, localizado no 1º pavimento do edifício sede	Belém	
Serviços comuns de engenharia na sala do MP/PA que funciona no fórum de Nova Timboteua	Nova timboteua	
Serviços comuns de engenharia na divisão de serviços gerais, localizado no pavimento térreo do edifício sede.	Belém	
Serviços comuns de engenharia no 2º andar do edifício sede (reposicionamento dos condicionadores de ar que climatizam o datacenter).	Belém	
Serviços comuns de engenharia no prédio anexo I (tratamento de infiltrações, substituição de portas e pintura geral etc)	Belém	
Serviços comuns de engenharia no prédio do MP/PA, localizado na Av. Dr freitas, em Belém (instalação de cisterna e sistema de bombeamento para melhoria do abastecimento de água).	Belém	
Serviços comuns de engenharia na sede da Promotoria de Justiça de Bragança	Bragança	
Serviços comuns de engenharia na sede da	Benevides	

Promotoria de Justiça de Benevides	
Serviços comuns de engenharia na sede da Promotoria de Justiça de Dom Eliseu	Dom Eliseu
Serviços comuns de engenharia no depósito do MP/PA, em Belém	Belém
Serviços comuns de engenharia na sala de apoio administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça, 3º pavimento do edifício sede	Belém
Serviços comuns de engenharia no galpão do MP/PA da Av Tamandaré	Belém
Serviços comuns de engenharia no gabinete do promotor de justiça Manoel Murrieta, localizado no anexo II	Belém
Serviços comuns de engenharia na sede do MP/PA no município de Cachoeira do Arari	Cachoeira do Arari
Serviços comuns de engenharia no 4º pavimento do edifício sede do MP/PA	Belém
Serviços comuns de engenharia no prédio da Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Belém	Belém
Serviços comuns de engenharia no imóvel localizado na av. Dr. Freitas, Belém (instalação de portão metálico e recomposição de muro)	Belém
Serviços comuns de engenharia no imóvel onde funciona o GAECO e o GSI	Belém
Serviços comuns de engenharia na Promotoria de Justiça de Ananindeua	Ananindeua
Serviços comuns de engenharia no prédio onde funciona a Ouvidoria, visando a criação de espaço para funcionar a Ouvidoria da Mulher.	Belém
Serviços comuns de engenharia no gabinete de Procurador de Justiça - anexo I	Belém
Serviços comuns de engenharia no gabinete de promotoras anexo I	Belém
Serviços comuns de engenharia (reforma nas	Belém

dependências da chefia de monitoramento do edifício sede)	
Serviços comuns de engenharia (reforma nas dependências da Assessoria do Cerimonial do edifício sede)	Belém
Serviços comuns de engenharia, realização de serviços de no endereço Av. Dr. Freitas nº 2513, no município de Belém. (retirada de expurgo, de poda de árvores, limpeza geral, além de outros elementos necessários).	Belém
Serviços comuns de engenharia, nas salas de apoio nos gabinetes das 8ª e 15ª Promotorias de Justiça Criminal, localizadas no prédio anexo II.	Belém
Serviços comuns de engenharia, para adequação de acessibilidade da rampa do auditório e outros serviços no auditório do edifício sede.	Belém
Serviços comuns de engenharia na sala do monitoramento (Assessoria Militar) que passará a funcionar no térreo do edifício sede.	Belém
Serviços comuns de engenharia, reforma da Promotoria de Justiça de Salvaterra	Salvaterra
Serviço de engenharia na sala do Colégio de Procuradores de Justiça.	Belém
Substituição de molas de portas de vidro, além de elementos necessários, no edifício sede, CEAF e anexos I e II	Belém
Serviço de engenharia no prédio sede da Promotoria de Justiça de Marituba	Marituba
Serviço de engenharia nos prédios anexo I e II do MP/PA em Belém	Belém
Serviço de engenharia na sala do MP/PA, que funciona no fórum do município de Bujaru	Bujarú
Serviço de engenharia no prédio da Ouvidoria-Geral e anexo I	Belém
Serviço de manutenção para uso preventivo do	Diversos

edifício sede, anexos I e II, prédios do MP/PA em Ananindeua, Icoaraci, Santarém, Marabá, Parauapebas e outros (colocação de bombas)	
Serviços de engenharia no reservatório de água do Departamento de Atividades Judiciais	Belém
Serviços de engenharia complementares no edifício sede	Belém
Serviço de engenharia na sede da procuradoria de justiça de Paragominas	Paragominas
Serviços de engenharia complementares na sede da Promotoria de Justiça de Soure.	Soure

#### DEA DE REFORMAS

Unidades	Local	Liquidado
<b>Total Obras</b>		<b>176.688,75</b>
Serviços Comuns de Engenharia na Promotoria de Justiça de Maracanã	Maracanã	27.779,72
Reforma e Adequação do prédio sede da PJ de Santarém	Santarém	33.116,33
Serviços Comuns de Engenharia Para Manutenção e Conservação Predial (Prédios da Casa Asmar, Dr. Freitas e Promotoria de Justiça de Icoaraci)	Belém	60.584,68
Serviços Comuns de Engenharia na Promotoria de Justiça de Bonito	Bonito	33.755,12
Serviços Comuns de Engenharia na Promotoria de Justiça de Igarapé-Miri	Igarapé-miri	13.723,92
Serviços Comuns de Engenharia nas Salas Do DEFIN E DOM)	Belém	7.085,46
Serviços Comuns de Engenharia no prédio onde funcionam o GAECO E GSI	Belém	643,52

Reforma e serviços de manutenção predial no imóvel sede	Conceição do Araguaia	71.590,13
Reforma e serviços de manutenção predial na antiga residência oficial	Rio Maria	26.732,62
Reforma Escritório de Representação e Atuação Institucional	Brasília/DF	589.285,03
Reforma e serviços de manutenção predial no imóvel sede	Santarém	539.225,78
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 044/2022)	Bonito	33.755,12
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 044/2022)	Belém	68.313,66
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 044/2022)	Igarapé-miri	13.723,92
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 044/2022)	Maracanã	27.779,72
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Belém	404.272,69
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Bragança	9.389,51
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Paragominas	130.089,26
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Soure	6.115,94
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Benevides	2.620,05
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Bujaru	6.003,93
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Marituba	2.539,06
Serviços Comuns de Engenharia (ARP nº 005/2024)	Cachoeira do Arari	36.828,14

**Informações Qualitativas: Reformas**

O MPPA segue investindo na modernização de suas estruturas com reformas e adaptações em diversos municípios. Em Ourilândia do Norte, a sede da Promotoria de Justiça está passando por uma reforma total, ampliando seu espaço útil ao integrar um imóvel contíguo, com prazo de execução de oito meses e investimento de R\$ 1.028.296,04. Já em Salvaterra, a antiga residência oficial está sendo transformada na nova sede da Promotoria de Justiça, garantindo melhores condições de trabalho e atendimento, com um custo de R\$ 1.223.048,15 e previsão de conclusão em doze meses.

Além dessas reformas, diversos serviços de manutenção predial estão em andamento em municípios estratégicos. Entre eles, destaca-se a revitalização do imóvel sede em Icoaraci/Belém (R\$ 639.999,98), a reforma da sede em Castanhal (R\$ 174.365,71), a adequação do Teatro Vitória em Santarém (R\$ 999.414,01) e uma grande obra na sede de Marabá, cujo contrato soma R\$ 2.586.525,42. Essas ações reforçam o compromisso do MPPA com a infraestrutura adequada para suas atividades.

**OBRAS**

<b>Unidades</b>	<b>Local</b>	<b>Liquidado</b>
<b>Total Obras</b>		9.282.081,86
Ampliação e reforma da sede do MPPA no município de Bragança	Bragança	5.192,96
Construção de nova sede do MPPA no município de Abaetetuba	Abaetetuba	444.621,36
Construção de nova sede do MPPA no município de Barcarena	Barcarena	2.509.662,91
Construção de nova sede do MPPA no município de Benevides (projeto)	Benevides	52.937,77
Obra de engenharia para a construção da nova sede do MP no município de Cametá	Cametá	347.044,73
Construção de nova sede do MPPA no município de Itaituba (projeto)	Itaituba	8.217,49
Construção de nova sede do MPPA no município de Prainha (projeto)	Prainha	24.942,76
Construção de nova sede do MPPA no município	São miguel do	42.334,79

de São Miguel do Guamá (projeto)	guamá	
Construção de nova sede do MPPA no município de Santa Izabel do Pará (projeto)	Santa izabel do pará	57.997,50
Construção de nova sede do MPPA no município de São João do Araguaia (projeto)	São joão do araguaia	3.869,02
Construção de nova sede do MPPA no município de Tomé-açu	Tomé-açu	1.377.867,56
Construção de nova sede do MPPA no município de Tucuruí	Tucuruí	4.742,79
Desapropriação de imóvel na Trav. Joaquim Távora	Belém	1.500.000,00
Desapropriação de Imóvel na Ângelo Custódio 107 em Belém	Belém	1.434.199,98
Desapropriação de Imóvel na Ângelo Custódio 250 em Belém	Belém	1.468.450,24

#### DEA DE OBRAS

Unidades	Local	Liquidado
<b>Total Obras</b>		<b>402.874,27</b>
Construção da Nova Sede do MPPA em Canaã dos Carajás	Canaã dos carajás	402.874,27

#### Informações Qualitativas: Obras

O MPPA está investindo na construção de novas sedes institucionais para ampliar e melhorar sua infraestrutura. Em Barcarena, a nova sede, prevista para ser inaugurada em 2025, contará com cinco gabinetes de Promotoria de Justiça, recepção, salas de apoio, protocolo, assistente social e psicólogo, além de auditório e alojamento para militares. A obra, iniciada pelo Contrato nº 074/2023, possui um prazo de execução de 24 meses e um valor contratado até o momento de R\$ 6.182.102,17.

Em Tomé-açu, a Promotoria de Justiça, que atualmente funciona em imóvel locado, terá uma nova sede com três gabinetes, secretaria, sala multiuso e espaços de atendimento ao público. O contrato nº 086/2023 prevê um prazo de execução de 19 meses, com entrega no primeiro semestre de 2025 e um investimento de R\$ 2.628.089,11. Além disso, o MPPA firmou um Termo de Cessão com o Tribunal de Justiça do Pará para utilizar o imóvel vizinho, onde será construído um estacionamento coberto e planejada uma futura expansão.

Já em Abaetetuba, a construção da nova sede ministerial terá um prazo de execução de 24 meses, com inauguração prevista para o segundo semestre de 2026. O prédio contará com seis gabinetes de Promotoria de Justiça, salas para assistente social, psicólogo, GATI, informática, alojamento para militares, além de auditório e salas de reunião. O contrato nº 108/2024 prevê um investimento de R\$ 7.887.053,72, reforçando o compromisso do MPPA em oferecer melhores condições para o exercício de suas atividades.

### **PLANEJAMENTO OBRAS E REFORMAS 2025**

Para o ano de 2025, além das iniciativas já mencionadas, encetadas no ano de 2024, estão previstas diversas ações de manutenção dos imóveis existentes e também de melhoria e ampliação das instalações do órgão ministerial.

Quanto aos equipamentos, destacam-se:

- Aquisição de **elevadores** para substituição no Edifício Sede e Anexo I, visto que os atuais, já antigos, possuem manutenção cada vez mais complexa pela descontinuidade de peças e componentes, bem como tecnologia defasada;
- Aquisição de **escâner 3D**, equipamento para mapeamento de espaços que auxiliará e aprimorará o processo de levantamentos físicos de imóveis e instalações, aumentando a precisão e a qualidade de tais levantamentos, fundamentais para o desenvolvimento de atividades de projeto de arquitetura e complementares.

Quanto às obras, destacam-se como novas iniciativas:

- Reforma e ampliação do imóvel no município de **Bragança**; construção de nova sede no município de **Prainha**, onde a Promotoria de Justiça funciona em imóvel cedido pelo Tribunal de Justiça do estado do Pará; construção de novo imóvel no município de **Itaituba**,

sede da região administrativa Sudoeste II, atualmente instalada em prédio alugado; construção de nova sede no município de **Tucuruí**, polo administrativo da região Sudeste III e que também se encontra em imóvel alugado, sem possibilidade de expansão física; construção de imóvel em **São Miguel do Guamá**, Promotoria de Justiça que funciona atualmente em sala no Fórum daquele município; construção de sede no município de **Santa Isabel do Pará**, hoje instalada em imóvel alugado; e novos imóveis em **Benevides**, Distrito de **Mosqueiro** e **São João do Araguaia**.

Quanto às reformas, destacam-se como novas iniciativas:

- Reforma do auditório, guarita, alojamento de militares e sistema de drenagem do imóvel sede do MPPA no município de **Ananindeua**; Reforma do **Plenário e Auditório** do Edifício Sede em Belém; e Reforma e adaptação da antiga residência oficial em sede no município de **Portel**. Ainda quanto às reformas e serviços de manutenção predial, destaca-se a ampliação da cobertura da Ata de Registro de Preços de **Serviços Comuns de Engenharia para todo o Estado**, processo em andamento e possibilitará o atendimento de forma mais célere e assertiva das demandas em todas as regiões administrativas.

#### REFORMAS

Unidades	Local	Valor
<b>Total Reformas</b>		<b>23.220.558,00</b>
Reforma e adaptação da RO em sede Augusto Corrêa	Augusto Corrêa	240.000,00
Reforma e serviços de manutenção predial no imóvel sede do MPPA no município de Marituba	Marituba	800.000,00
Reforma e ampliação do anexo Rofama e construção do Estacionamento Grisólia	Grisólia	18.023.925,00
Reforma e serviços de manutenção predial no imóvel sede do MPPA no município de Parauapebas	Parauapebas	60.000,00

Reforma e serviços de manutenção predial no imóvel sede do MPPA no município de Óbidos	Óbidos	-
Reforma e ampliação do imóvel no município de Bragança	Bragança	1.094.567,00
Reforma da sede Ananindeua	Ananindeua	1.276.873,00
Reforma do Plenário e Auditório do Edifício Sede em Belém	Belém	1.545.193,00
Reforma e adaptação da antiga residência oficial em sede no município de Portel	Portel	180.000,00

**Obras**

Unidades	Local	Valor
<b>Total Obras</b>		<b>30.490.032</b>
Construção de Subestação no Edifício Sede em Belém	Belém	1.200.000,00
Reforma e ampliação do anexo Rofama e construção do Estacionamento Grisólia	Grisólia	18.023.925,00
Construção de nova sede no município de Benevides	Benevides	1.601.356,00
Construção de nova sede no município de Prainha	Prainha	1.071.674,00
Construção de novo imóvel no município de Itaituba	Itaituba	2.383.385,00
Construção de nova sede no município de Tucuruí	Tucuruí	1.994.634,00
Construção de imóvel em São Miguel do Guamá	São Miguel do Guamá	1.702.236,00
Construção de sede no município de Santa Isabel do Pará	Santa Isabel do Pará	1.315.097,00

Construção de sede no município de São João do Araguaia	São João do Araguaia	820.213,00
Construção de sede no município de Rio Maria	Rio Maria	240.000,00
Construção de nova sede do MPPA no município de Jacareacanga	Jacareacanga	137.512,00

### 5.5 Eficiência Operacional

Na área administrativa, a execução é principalmente retratada por uma das maiores necessidades do MPPA, que é a descentralização das promotorias para melhorar o acesso aos serviços, objetivando que cidadãos em localidades remotas tenham acesso aos serviços ministeriais sem precisar se deslocar para grandes centros urbanos. Para isso, busca uma gestão de contratação e prestação de serviços que, além de melhorar o acesso, traga maior qualidade para os usuários, bem como valores compatíveis com a disponibilidade orçamentária da instituição.

Dentro dessa proposta, houve avanços e melhorias significativas nos últimos anos, as quais, vale a pena destacar para o ano de 2024:

- A ampliação/modernização da estrutura física do MPPA em todo o Estado, seja através de procedimentos que envolvem os processos de locação de novos prédios, seja em processos de cessão /regularização de imóveis;
- A aquisição de bens e equipamentos para compor as novas estruturas, permitindo que as atividades sejam realizadas da melhor forma possível, com melhores condições de trabalho para recepcionar o cidadão.
- Para a política de ampliação de unidades, foram necessárias contratação de serviços que necessitavam serem dotadas de colaboradores na área de limpeza, conservação, recepcionista, copeiros, carregadores, permitindo assim o preparo para o funcionamento das novas unidades em melhores condições de trabalho para recepcionar o cidadão que procura o MPPA.
- Não menos importante foi a renovação e ampliação da frota que atende a instituição através de contratos de locação contínuos, tendo em vista a pose dos novos promotores de Justiça. Isso permitiu uma melhor execução das atividades institucionais nos diversos município do Estado do Pará;
- Dando continuidade à proposta de expansão, procurou-se melhorar o custo operacional com o deslocamento de membros, servidores e colaboradores, na modalidade fluvial e rodoviária,

respeitando-se as especificidades, o que trouxe uma maior facilidade nos deslocamentos dos membros, servidores e colaboradores do MPPA.

- E ainda, para a melhoria dos processos administrativos, procurou desburocratizar processos de aquisição de passagens.

## **PLANEJAMENTO 2025**

Para o ano de 2025 tem como proposta continuar investindo na infraestrutura para a expansão das unidades do Ministério Público do Estado do Pará. Dentre as principais medidas, estão:

- A adequação e ampliação do número de colaboradores (recepcionistas, copeiros, carregadores e motoristas), que demandam uma estrutura mínima de recursos humanos para o funcionamento das novas unidades.
- A área de transportes configura-se com uma proposta de adequar os modelos de veículos atuais a modelos do tipo picape, que se demonstram mais adequados à realidade e a algumas atividades institucionais.
- Na proposta de aprimoramento dos contratos, os processos de contratação de bens e serviços continuam a ser revisados na busca incansável pelo fortalecimento da política de sustentabilidade. Por fim, prevê-se a reforma e modernização do auditório e do plenário do edifício sede, assim como a melhoria da estrutura de comunicação de som e imagem, que serão disponibilizadas.

Belém, PA, 07 de março de 2025.

**CÉSAR BECHARA NADER MATTAR JÚNIOR**  
Procurador-Geral de Justiça